

Padre

Joaquim José da

Rocha Espanca

M
E
M
Ó
R
I
A
S
D
E
V
I
L
A
V
I
Ç
O
S
A



Cadernos Culturais
da
Câmara Municipal
de
VILA VIÇOSA

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecirão aos leitores em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

CAPA:

Fachada da Igreja de S.João Evangelista, actual sede da Freguesia de
São Bartolomeu

CONTRACAPA:

Palácio dos Duques de Bragança - Pormenor do Jardim do Buxo

MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia in-
tegral do texto do manuscrito de
AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, ten-
do-se unicamente procedido às ac-
tualizações ortográficas que as
circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

CAPITULO VII

Convento da Santa Cruz

Para a educação feminina os institutos monásticos são indispensáveis.

(Pedro Diniz - As Ordens Religiosas)

I

Este convento pertence à Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, vulgarmente chamados *Gracianos*. E, por termos cá um convento do sexo masculino, este de Freiras era administrado espiritual e temporalmente por aquele, havendo contudo um frade encarregado particularmente deste serviço com o título de *Confessor Ordinário*. Por isso mesmo não precisava de ter hospício como acontecia com os outros dois de Freiras. O Confessor Ordinário residia no convento do Terreiro do Paço e era por ele sustentado.

Apenas quatro, com este, eram os mosteiros de Agostinhas em todo o Reino.

II

Atrás se viu já que era confusa a história da fundação do convento de que tratamos agora, não obstante falar dela o mesmo cronista do Mosteiro do Terreiro do Paço Frei António da Purificação, autor do século XVIII. Diz porém muito pouco e deixa muito mais a desejar. No intuito, pois, de elucidar esta matéria começarei por arquivar uma relação manuscrita do século passado que me foi subministrada pelo Padre Francisco de Assis Biga, Confessor das Religiosas, falecido em 1869, e que a copiou do próprio original.



CONVENTO DA SANTA CRUZ

Ei-la:

"Convento de Sancta Cruz de Villa Viçosa.

Foi sua fundadora a Madre Margarida de Jesus, (que) nasceu n'esta villa de paes nobres - Nuno Alvares Cheirinho e de Beatriz Gonçalves, creados dos Sereníssimos Duques de Bragança. Tomou o hábito e professou no reformadíssimo convento de Santa Mónica da cidade d' Evora que era o unico da nossa Ordem.

No anno de 1514 principiou o Sereníssimo D. Jaime, 4º Duque de Bragança, junto a seu Paço um convento para Freiras da mesma Ordem. E para prelada d' elle, no anno de 1520, mandou conduzir pelo Provincial, que então era o Padre Frei André Tornero, do convento de Santa Mónica d' Evora a Madre Margarida de Jesus para Fundadora com duas companheiras - a Madre Leonor da Cruz, sua sobrinha, e Soror Ignez da Assunmpção, Freira de véu branco. Porém, como o Sereníssimo Duque quizesse que as Sereníssimas Duquezas tivessem passadiço para o convento para entrarem nele todas as vezes que quizessem, ⁽¹⁾ deixou a Fundadora e suas companheiras o convento e se recolheram numas casas que na mesma villa lhe offereceu um venerado sacerdote, por nome Mendo Rodrigues de Vasconcellos, onde se fez a esmollas o convento em que ora existem. E, como não houve Padroeiro, também não houve número ⁽²⁾ e com esmollas se foram sustentando e continuando o convento, o qual se acabou no anno de 1529, que se lhe concedeu licença para rezarem os Offícios Divinos com solennidade e tocar os sinos em campanário, como consta do Alvará que se acha no cartório do convento. ⁽³⁾ E é voz commum: que no primeiro dia de Janeiro do anno de 1530 principiaram a seguir as Communidades e fôram acceitando Freiras e tomando os dotes em fazendas para fazerem Patrimonio.

O convento não consta que em tempo algum houvesse numero porque algumas das Religiosas que são vivas alcançaram umas muito velhas e uma que morreu em 1712 com cento e vinte annos de idade, em seu perfeito juizo, e outras de pouco menos idade, as quaes diziam terem achado ainda no convento Religiosas e uma creada do tempo das Fundadoras, as quaes contavam de como tinha sido o princípio do convento e os dotes para o sustento das Religiosas. E por estas notícias se acha que o convento se conserva na mesma creação que teve

(1) Parece não ser tanto assim como de algum modo fiz ver no antecedente capítulo.

(2) Quer dizer, número certo de Freiras.

(3) Grande serviço faria a Autora se o trancrevesse na sua relação.

e as mesmas certificavam que, concorrendo muitas esmollas, as principaes foram as dos Sereníssimos Duques de Bragança que, dando-lhe o sítio, lhe mandou⁽¹⁾ fabricar o dormitorio a que chamam o grande, o mirante e a torre em que mandou pôr o sino grande com as suas Armas, o qual ainda hoje existe na mesma torre.

No convento de Sancta Cruz se acham 94 freiras e fôra d'elle no convento Sanct'Anna da cidade de Lisbôa, com Breve de Sua Santidade para mudança d'ares, a Mãre Juliana Senhorinha de Sancta Rita.

Nove creadas da Communidade, 32 particulares que as Religiosas sustentam.

Creados de fora: o Procurador, Sacristão, Azmel, Veleira, duas mulheres que servem na portaria.

Ano de 1754.

Soror Marianna Michaela de Jesus, Priora
Está conforme".

III

Tanto como isto não diz Frei António da Purificação na Crónica dos Gracianos. Observarei contudo que ele refere: 1º - ter-se principiado o convento das Chagas para Agostinhas em 1514; 2º - ter vindo de Evora a Madre Margarida em 1520; 3º - desavir-se esta com D. Jaime em 1527 e retirar-se ela para umas casas que lhe oferecera na vila um velho sacerdote chamado Men do Rodrigues; e 4º - ficar deserto o convento das Chagas até entrarem ali as Clarissas em 1533. A isto somente se reduz a narrativa do cronista da Ordem Graciana⁽²⁾.

Continuemos com algumas reflexões sobre o manuscrito da Madre Micaela.

Não estranho que ela diga ter o mosteiro principiado em 1514 porque tem bém assim o afirma o cronista Purificação, como atrás vimos, e com melhor

(1) Aqui há embrulho do plural com o singular. Que os Duques, em geral, favorecessem o mosteiro, é coisa crível porque estava na sua linha de conduta. O Duque, porém, a que se atribuem as obras supra indicadas não podia ser senão D. Teodósio I. Isto afigura-se-me absolutamente certo. O sino é o de mais fino timbre que se encontra na nossa vila.

(2) Tomo 2, f. 184.

fundamento o cronista Frei Jerónimo de Belém na história da fundação do convento das Chagas, pois este cita um "livro" antigo manuscrito "de particulares notícias" deste último convento a pág. 6. A este só tenho a opôr o que atrás opus: parece-me ter principiado muito cedo para vir a acabar tão tarde, sendo aliás rico o padroeiro. Pode ser que assim acontecesse olhando a que a fundação de um mosteiro de Freiras era então uma necessidade palpitante da nossa terra que já possuía três conventos de frades e nenhum de Religiosas, tendo as nossas donzelas de se expatriar para seguirem a vida religiosa e enclausurada. Apenas duvido quanto ao ano da fundação ou começo das obras do convento das Chagas em 1514, parecendo-me dever isso ter lugar em 1520 ou mais tarde.

Quanto, porém, a dizer-se que um Duque deu ao convento de Santa Cruz "o sítio" para a sua edificação, não hesito em taxá-lo de falso ainda que o sábio autor da *História Genealógica* refira D. Jaime: *Favoreceu muito o convento de Santa Cruz dando-lhe, entre outras esmolas, a com que comprassem o sítio que hoje tem,*⁽¹⁾ pois o Convento em questão foi fabricado num lugar já ocupado por moradias e acrescentado pouco a pouco pela anexação de casas particulares como nos dizem os olhos e adiante se mostrará com documentos. E por outra parte, estando o Duque desavindo com a fundadora, não é crível que lhe desse terreno para o convento. Na relação acima transcrita e nos mais documentos se assevera que o Mosteiro da Santa Cruz foi edificado nas próprias casas do Padre Mendo Rodrigues, situadas na Corredoura, com a diferença de afirmar Frei José de Santo António no *Flos Sanctorum Agostiniano* ser Mendo Rodrigues já falecido ao tempo e ter deixado em testamento aquelas casas para se fundar ali um convento de Freiras,⁽²⁾ o que me parece mais aceitável.

A discordância maior nesta matéria é a que respeita aos anos em que a Fundadora veio de Évora e deixou o convento do Terreiro do Paço para estabelecer o da Corredoura. Já vimos atrás que Frei António da Purificação põe a vinda de Évora em 1520 concordando nisso a Prioriza Mariana Micaela; esta, porém, cala o ano da desinteligência que aquele põe em 1527. Vejamos outras versões. Jorge Cardoso e o cronista das Chagas referem que as Agostinhas estiveram dentro do convento das Chagas dois anos ou pouco mais de dois anos,⁽³⁾ o que revela terem vivido alguns anos (e não menos de cinco, segun

(1) Tomo V, pág. 564.

(2) Na biografia da Madre Margarida, pág. 189.

(3) Agiol. Lusit., Tomo 3, pág. 450.

do os citados) fora da clausura em casas particulares para darem riscos sobre a forma do mosteiro (penso eu). O *Flos Sanctorum Agostiniano*, já alega do, e Damásio na *Tebaída Portuguesa* escrevem terem as fundadoras vindo de Évora em 1527,⁽¹⁾ o que me parece tardio. De todos os que têm escrito sobre esta história é Jorge Cardoso o que mais me agrada, notando já que vivia no século XVII e ainda foi contemporâneo de Frei António da Purificação, autor da *Crónica dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho*. Diz ele, no lugar já citado, que o convento das Chagas fôra começado em 1527 (o que não tem muito jeito), que o entregaram logo às Agostinhas e que estas deixaram ao cabo de pouco mais de dois anos. Quando, porém, noutro lugar⁽²⁾ escreveu a biografia da Madre Margarida afirmou que residira em Santa Mónica de Évora até 1525; que se retirara dali nesse ano como fundadora do convento da Santa Cruz desta vila, trazendo consigo três Religiosas que eram as sobreditas e a Madre Maria da Cruz; que este convento se principiara em 1527 e se acabara em 1530, omitindo as desavenças com o Duque D. Jaime, em que aliás creio.

Resumindo, pois, o que deixo ponderado, declararei aceitar o seguinte:

Em 1525 tratava o Duque de efectuar a erecção de um mosteiro do sexo feminino na nossa terra e por isso o Provincial dos Gracianos, a instâncias de Frei Alvaro de Jesus, Prior do Convento do Terreiro do Paço, mandou vir para cá a Madre Margarida de Jesus como fundadora trazendo duas companheiras: a Madre Leonor da Cruz, sua sobrinha, e a Madre Inês da Assunção que viera de outra Ordem. Em Vila Viçosa demoraram-se dois anos fora da clausura enquanto se não acabavam as obras do convento do Terreiro do Paço. Sendo este já habitável em 1527, entram nele com mais uma companheira: a Madre Maria da Cruz, associada já na nossa vila. Continuando ainda as obras acesórias, dá-se o desaguisado entre a fundadora e o Duque por causa do passadiço ou casa especial de falas e a Madre Margarida sai em 1529 para as casas do Padre Mendo Rodrigues de Vasconcelos e dá começo af a novo mosteiro que se inaugurou no seguinte ano de 1530: no que são concordes o autor do Agiologio e a Prioriza Mariana Micaela.

Não admire agora que a fundação do convento da Santa Cruz fosse levada a cabo num só ano, pois tendo casa de habitação e confessor gratuito no convento dos Gracianos a questão cifrava-se apenas em erigir uma pequena cape-

(1) *Tebaída Portuguesa*, Tomo 2, pág. 323.

(2) *Agiologia Lusitana*, Tomo 1, pág. 61, coment. a 6 de Janeiro.

la em que assistissem aos divinos officios e recebessem os sacramentos. Assim creio que aconteceu, vindo a fabricar-se a Igreja, claustro, dormitório e mirante no tempo do Duque D. Teodósio I, isto é, no meio do século XVI com esmolas do mesmo Duque e outros benfeitores.

IV

Inaugurado o convento da Santa Cruz em 1530, foi-se ampliando porém com muito custo porque, tendo sido edificado no meio da povoação, apenas comprando pouco a pouco as moradas vizinhas podia dilatar-se e ficar com a capacidade precisa para recolher um grande número de Freiras e seculares. A tal respeito nada há escrito em letra redonda, pois pode dizer-se que a crónica deste convento se reduz à sua fundação e nada mais. Eu é que tenho investigado alguma coisa sobre os seus acrescentamentos.

A parte occupada hoje pela Igreja e pela portaria é provavelmente o terreno das casas do Padre Mendo. Para que, pois, se pudesse o mosteiro alargar foi necessário ir adquirindo o domínio de todo o quarteirão compreendido entre a Corredoura (poente) e a rua de Santo António (oriente) e a rua de Santa Cruz (sul) e a rua da Torre (norte). Ao longo da Corredoura formou-se o dormitório e frontispício do convento, ficando torcida a fachada porque assim estavam as moradias particulares antigas. E quanto às outras, exceptuando a parte occupada pela Igreja na rua de Santa Cruz, ficaram as moradas no mesmo estado antigo, salva a diferença de lhes taparem as portas para o exterior e crescerem-lhes os muros de fora para ninguém poder penetrar na clausura.

Em 1598 já as Freiras senhoreavam todo o quarteirão de casas sobreditas, mas isso não lhes bastava para uma vivenda cómoda e que abrigasse muita gente. Portanto expuseram os seus apertos ao Rei Filipe II e pediram-lhe a graça de poderem ocupar a rua da Torre na parte compreendida entre a rua de Santo António e a Corredoura. A nossa Câmara e Povo reuniram-se para serem ouvidos a este respeito e deram o seu consentimento. Portanto o Rei deferiu-lhes por Alvará de 12 de Setembro do dito ano, o qual está registado na Câmara.⁽¹⁾ Ora, esta concessão, à primeira vista de pouca entidade, facul -

(1) Livro 1, f. 69 v.

tou às Freiras o poderem alargar o convento para baixo estendendo-o até à travessa do Valderrama, como veio a suceder. Na vereação de 17 de Setembro de 1678 está uma informação favorável da Câmara sobre um requerimento das Freiras para comprarem na rua da Corredoura, dando mais uma quarta parte do seu valor, três moradas de casas contíguas ao convento e um farrageal - tudo pertencente a Manuel de Campos Mergulhão, assistente na Índia. Ainda em 1640 adquiriu Gonçalo Mendes Mergulhão o farrageal detrás das suas casas da Corredoura por aforamento de resgate a D. Luís de Noronha e sua mulher D. Violante, pagando-lhes 5\$000 réis anuais. Daqui se vê, pois, qual a época em que o convento se dilatou até à travessa do Valderrama. Advirto, porém, que as três moradas eram ainda por cima do Passo da Corredoura ou da parte do sul, pois a morada ao norte, desamortizada nos nossos dias, é de anexação do século XVIII, conforme dizem pessoas antigas. E o farrageal sobredito é propriamente a pequena cerca do convento, compreendida entre a rua da Torre e a travessa do Valderrama, e apertada ao oriente e poente pelos quintais de casas particulares. Até então só podiam espreitar as Freiras no seu pequeno claustro e nalguma varanda ou eirado das moradias anexas. Assim mesmo o Convento em questão nunca teve a capacidade necessária por ficar no centro da povoação.

De uma escritura lavrada nas Notas do tabelião Francisco Gonçalves Durães a 4 de Fevereiro de 1653 consta a arrematação da obra do dormitório por Pedro Ledo e Francisco Gonçalves, alvenéus, em 450\$000 réis, devendo ficar pronta até Outubro do mesmo ano. Já ali havia alguma coisa começada, e era por baixo da rua da Torre. Ainda a esse tempo ficava por baixo a casa de António de Abreu de Góis e a de Gonçalo Mendes Mergulhão, cuja varanda arreada sobre o quintal ainda se conserva.

Domingos Nunes contratou com as Freiras em 1707 fazer-lhes o resto do dormitório sem receber paga alguma e aproveitando-se apenas dos materiais dos prédios desmanchados com a condição de admitirem sem dotes a sua filha Inês Maria Cordeiro e sua neta Cristina Maria Furtada, filha de João Roiz Proença. O muro exterior havia de ser de pedra e cal no andar rasteiro (ou celeiros) e de taipa daí para cima.

Em 1727 achava-se o Convento muito endividado com capitais de que pagava 6, 25%, mas o Bispo D. João de Sousa e Carvalho Miranda deu-lhes 1:600\$000 réis a juro de 4,8% com os quais libertaram as ditas usuras.

Em 1699 compraram as casas de Francisco de Abreu e por isso foi-lhes mister tomarem a juro de 6,25% 1:300\$000 réis.

Em 1747 deviam alguns capitais de que estavam pagando juro de 6,25%. Dão-lhes as Mónicas de Évora 800\$000 réis a 4% e distractaram esses capitais.

V

Passemos a descrever a Igreja e o Convento. Este ocupa, como já disse, um quarteirão inteiro de casas desde o Passo da Corredoura até à rua de Santa Cruz, a faceira boreal desta até à rua de Santo António e a ocidental desta última até à rua da Torre. Daí para baixo não pôde ocupar as casarias, mas penetrou pelo interior até à Travessa do Valderrama. Só na Corredoura pôrém há janelas para fora, sendo bastante altos os muros nos outros lados.

Ao sul e esquina da rua de Santa Cruz está a porta principal do templo, ficando a lateral esquerda para a dita rua. Por baixo da Igreja e sua torre de alvenaria com pirâmide quadrangular está a casa da portaria; depois as grades ou casas de falas e celeiros até ao Passo; em cima de tudo isto vê-se o dormitório com janelas quadradas e algum tanto pequenas com o mirante sobre si. Este mirante é grande e portanto muito pesado, causando por isso ruína ao dormitório.

O claustro é pequeno e com arcarias de cimento. Nas varandas em cima tem algumas capelas bem decoradas e numa delas venera-se Nossa Senhora de Uterera num pequeno quadro portátil sobre folha de cobre, a qual tem bens particulares com que se lhe faz uma festa a 8 de Setembro. O coro alto possui poucas decorações, vendo-se ali apenas alguns bancos de espalda em que as Religiosas recitavam as Horas Canónicas e um órgão pequeno e antigo.

O frontispício da Igreja é mais elegante do que os dos outros conventos de Freiras por ter a porta da frente com a janela do coro em cima, rematando o edificio em ponta aguda com o símbolo da Redenção. Muito semelhante à Igreja de Santa Mónica de Évora, é todavia mais pequena do que as dos outros conventos de freiras da nossa vila e a circunstância de ficar o coro alto sobre ela torna-a menos clara e desafoçada.

Na tribuna da capela-mor, que é de talha dourada, está Nossa Senhora das Dores com sete espadas de prata atravessando-lhe o peito. E mais abaixo à direita vê-se o Patriarca Santo Agostinho e à esquerda S. João Baptista. Deste lado fica a porta da sacristia que não oferece nada notável, pois nem mesmo tem caixões de paramentos por serem ministrados quotidianamente por um

rudo que está no coro de baixo, situado aqui na capela-mor da parte do Evangelho.

Na capela-mor está o jazigo de André Mendes Lobo, sua mulher e herdeiros que compraram a dita capela às Freiras por 3 mil cruzados, de que se lavrou escritura em 31 de Março nas Notas de Francisco Gonçalves Durães. E foi do tada com duas missas quotidianas a cargo de duas capelas ou morgados que o dito André e sua mulher instituíram na sua descendência.

Depois do arco da referida capela estão dois altares com a frente para a porta principal, em cujo da direita se venera Nossa Senhora dos Prazeres e no da esquerda Santa Mónica, ficando entre este e o púlpito redondo de balaustrades de mármore branco um túmulo de S. José com imagem de escultura. Na capela da Senhora dos Prazeres havia dantes duas missas quotidianas das quais uma era satisfeita pela Misericórdia e durou isso até que nos nossos dias requereu a Mesa ao Santíssimo Padre Pio IX para ser trasladada para a Igreja do Espírito Santo juntamente com a missa das onze horas nos dias san tos, instituída no Colégio pelo Padre Tomás Xavier de Torres nos fins do sé culo XVIII. Por isso ao lado está uma pedra com este letreiro: *Esta capel* la he de Rui de Sousa Pereira e Francisca de Noronha, sua mulher, a qual *comprara e ornara e fabricara para seu jazigo com duas missas quotidianas. Tudo consta da escriptura e testamento da dita D. Francisca de Noronha, os* *quais estão no cartório de André Mouram. Falleceu a 5 de Janeiro de 1652.*

Desta mesma parte do Evangelho, em frente da porta lateral, mostra-se a capela de Santa Ana, de mármore polidos, com uma bellissima imagem de escul tura da Titular metida num nicho, e outras quatro pequenas colocadas em peanhas sobressaídas. Esta capela é a melhor de todas e foi reedificada em 1781 como indica numa sepultura situada em frente dela e cujo epitáfio reza assim: *Esta sepultura e cappella de Nossa Senhora Santa Anna mandou fazer o Padre Cristovam da Silva Ramos, Cappellão da Real Cappella e Comissário do officio, para n'ella ser enterrado a todo o tempo que fallecer..Anno de 1781.* Foi ajustada a cantaria em 1779 com o canteiro Matias Gonçalves Perdigão por 3506000 réis incluindo o presbitério e a campa da sepultura. A capela havia de ser pelo gosto da capela da Senhora da Graça.

A capela colateral de Santa Mónica devia ser comprada para o Cônego Tomé Alvares Velho segundo a sua disposição testamentária em que institua também ali (em 1673) uma capela de missa quotidiana, a qual vigorou de facto, mas a compra da capela para seu jazigo parece que não se efectuou porquanto vejo que em 27 de Março de 1721 venderam as freiras a mesma capela a

Diogo de Lemos Soares para si, sua mulher e descendentes por 4346000 réis.

Entre as sepulturas do corpo da Igreja torna-se notável pelo seu brasão a da via central junto ao arco da capela-mor, que deixa ler: *Sepultura de João do Crato da Fonseca, Fidalgo da Casa d'El-REI Nosso Senhor, Tenente General que foi da Cavallaria do exército do alentejo, e de seus descendentes. Faleceo a 23 de Janeiro de 16.. annos.*

Pelo pavimento do corpo da Igreja estão muitas sepulturas, muitas das quais aponte e são as seguintes:

- de Francisco Fernandes;
- de Francisco Galvão;
- de João Frz.,
- de Manuel Fernandes Boticário, com um elmo;
- de Francisco Gomes, falecido em 1600;
- de Manuel de Lemos e de sua mulher Catarina da Silva;
- de Pedro Moreno e de sua mulher Maria Alves;
- de Gaspar Fernandes;
- de António Galvão, Cavaleiro da Ordem de Cristo;
- de Beatriz Lenga, mulher de João Alvares Franco, em 1605;
- de Diogo Lopes;
- de Guiomar Fernandes, mulher de Francisco de Moraes;
- do Dr. Francisco Rodrigues de Valadares, Tesoureiro da Capela Real;
- de António Fernandes.

As grades do coro alto nesta Igreja abrangem toda a sua largura, o que aliás não acontece nos outros dois conventos de Freiras.

O tecto da Igreja é de abóboda forte sem laçarias nem pinturas.

VI

Neste convento chama-se Prioriza a superiora, assim como nos Agostinhos se intitulavam Prioros os que tinham a presidência bienal.

As casas do sacristão e criados de fora são moradas compradas nas ruas de Santa Cruz e Santo António por não haver pátio junto da portaria e nesta mesma está a residência da veleira.

Falecendo a Prioriza Próspera Benedita de Sousa Menezes em 18 de Março de 1879, creu-se extinto o Convento e já a Fazenda Nacional estava para tomar

posse do seu cartório. Resolvendo-se porém a tornar para ele a Madre Rosa Joana Adeodata de Santo Agostinho, professa em 19 de Abril de 1818 e retira da em Portalegre desde 1833 a tomar ares pátrios, continuou a subsistir por mais alguns anos.

Há neste convento algumas capelas de missa das quais a principal é a das Freiras Pobres deste Convento e da Esperança, instituída no século passado por António de Abreu Lobo Freire com o encargo de um anal de missas por sua alma. As sobras do rendimento são repartidas pelas ditas Freiras Pobres, is to é, que não possuem tença particular, o que se não dava nas Chagas onde todas necessariamente haviam de ter uma tença para os seus gastos particulares ainda que lha consignasse a própria comunidade. Nessa capela entrava a herdade da Cascalheira e a da Chaminé no termo de Elvas que em 1773 foram arrendadas por 3 moios de trigo, 4 alqueires de cevada e 12 (...).⁽¹⁾

Em 1753, a cinco de Novembro, acordaram as freiras da Santa Cruz e da Esperança em administrar cada convento a dita capela aos triénios. Depois em 1766 comunicaram serem as rendas pagas metade a cada convento e pagar cada um meio anal de missas. Ultimamente era este Convento da Santa Cruz quem administrava a capela: mandava satisfazer o anal de missas e repartia res to por todas as freiras pobres.

(1) Ilegível no manuscrito.

CAPITULO VIII

Convento de Nossa Senhora da Esperança

*Como em jardim florido onde a rajada
Tudo esfolhou com a sua violência,
Assim em Portugal a ímpia insolência
As Ordens regulares derrubou;
E qual corola, as pétalas caídas,
Após o furacão fica sem graça,
Co'a dura lei que os votos embaraça
Tal o cenóbio mísero ficou!*

*(Padre Ilídio da Costa - Homenagem, etc.
Porto 1890)*

I

Da Ordem de Santa Clara, como as freiras das Chagas, eram as do convento da Esperança, já extinto desde 1866.

A história da fundação deste convento é muito complicada, mas por outra parte a clareza e minudência da sua crónica⁽¹⁾ torna-a interessante e deixa-nos bem inteirados de como os acontecimentos se foram sucedendo e encadeando.

Primeiro que tudo levarei os leitores ao conhecimento de que este mosteiro houve seu princípio na rua da Cadeia... Mas que rua da Cadeia?! Temos hoje uma na almedina com esse nome, creio porém que emprestado por outra já extinto, pois não estando próxima da cadeia antiga porque antes dela achava-se outra mais chegada à Cerca de D. Dinis da parte de dentro, não podia ter semelhante nome no século XVI. E de mais a Crónica do Convento diz ser "fora dos muros" da vila antiga ou Castelo. A rua da Cadeia do século mencionado atrás era, pois, na Estacada e subia do Terreiro dos Foitos em continuação da rua do Angerino até ao lado direito da Torre de Menagem, fazendo-lhe aí esquina a Cadeia pública situada de rosto com a capela dos Remédios.

(1) *Crónica da Província dos Algarves por Frei Jerónimo de Belém, Tomo 4, págs. 125 e seguintes.*



CONVENTO DE N.ª. Sr.ª. DA ESPERANÇA

dios. Esta é a minha opinião que tenho por verdadeira pois não existem os seus edificios desde 1662 em que a cadeia foi arrasada.

Posto isto, continuemos.

No primeiro quartel do século XVI vivia na dita rua uma mulher de bom proceder e de não obscuro nascimento chamada Isabel Chirina ou Cheirinha, irmã mais velha da Madre Margarida de Jesus, a fundadora do convento das Agostinhas que os leitores já conhecem, e viúva de Tomé Rei, do qual não houve descendência. Era mulher devota que professava a Regra Terceira de S. Francisco e tinha nas suas casas um oratório com uma boa imagem de Nossa Senhora da Esperança que depois veio a estar na Casa do Capitulo do Convento do Baixo Rossio. Ali se exercitava em orações, jejuns e outras austeridades procurando santificar-se aos olhos de Deus. Gostoso deste proceder de Isabel Cheirinha, Diogo Rei, seu cunhado, fez-lhe doação de um censo de trinta alqueires de trigo com o fim de se organizar ali um Recolhimento Claustreal, isto é, de Terceiras de S. Francisco sem voto de clausura perpétua, e que, no caso de ser extinto o Recolhimento, fosse aplicado aquele censo para o resgate dos fiéis cativos em poder de Mouros e semelhantes. Esta doação teve lugar em 19 de Outubro de 1530 e, como Isabel faleceu dois anos depois, não se sabe se chegou ainda a reunir algumas companheiras. É porém certo que em testamento (que se conservava no arquivo do mosteiro, diz o Cronista) deixou as suas casas e oratório da rua da Cadeia com a renda dos trinta alqueires de trigo a duas Terceiras de Estremoz chamadas Isabel Madeira e Isabel Rodrigues, com a obrigação de lhe mandarem dizer anualmente dez missas por sua alma, e legou os outros bens que possuía ao convento da Santa Cruz com igual encargo.

Assim, pois, as duas referidas Terceiras foram estabelecer-se nas casas da viúva de Tomé Rei e cuidaram em legalizar a erecção do Recolhimento fazendo a sua solene profissão debaixo da obediência dos Padres da Terceira Ordem de S. Francisco a que o nosso povo ultimamente dava a denominação chula de *Frades Borrás*, como borras ou resíduos da mais subida perfeição cristã que se professa na Primeira e Segunda Regra do Patriarca de Assis. Para esse fim convidaram Frei Gil de Lemos, Guardião do Convento de S. Francisco de Estremoz, o qual veio lançar o véu preto à mais velha para poder aceitar noviças. Esta, que dantes se chamava Isabel Madeira, trocou na profissão o nome antigo pelo de Isabel de Jesus. E, constituída Abadessa, professaram logo nas suas mãos e nas do Prelado mais três que se ficaram chamando Soror Isabel da Conceição (dantes Isabel Rodrigues), Soror Joana da Cruz e

Soror Grácia do Espírito Santo, as quais duas últimas se haviam já agregado às primeiras. Tiveram lugar estas profissões ou inauguração do Recolhimento da Esperança no ano de 1533, sendo Frei Paulo Pissoto, Geral da Claus-tra, e Provincial Frei António de Vidais, a quem ficaram sujeitas estas Religiosas.

Alguns anos depois entraram para este recolhimento outras quatro donzelas chamadas Catarina das Chagas, Isabel da Trindade (oriunda dos Leitões, família nobre da nossa vila), Paula de Jerusalém e Maria dos Anjos, a qual entrou de onze anos em companhia da antecedente e professou depois de um ano de noviciado ou de 12 anos por ser isto antes da promulgação das reformas do Concílio de Trento. Eram assim já oito professoras e diz-se que não se aumentou o número por falta de requerimentos, mas por escassearam os meios de subsistência e a capacidade das casas em que viviam recolhidas.

Tal era então o espírito da mocidade: fazer profissão da vida religiosa embora no meio de algumas fraquezas, inseparáveis sempre da nossa condição corrupta e propensa para o mal!

E, para que melhor se veja isto que acabo de ponderar, advirto que não era o Recolhimento de Claustrais da rua da Cadeia o primeiro erigido em Vila Viçosa: na rua chamada posteriormente de Santo António havia outro de mais antiga data e de que vou dar conta por ser isso necessário.

Leonor Pires, mulher de virtude, aggregou a si outras de iguais sentimentos chamadas Joana da Cruz, Sebastiana Dias e Margarida da Conceição, todas filhas da Terceira Ordem de S. Francisco, e sob sua direcção viviam vida perfeita com edificante exemplo do povo. Teve isso lugar no ano de 1516. E falecendo Leonor Pires em 1522, Frei Domingos Mestre, Provincial da Claus-tra, elegeu para superiora em seu lugar a Irmã Esperança de Cristo com o título de Madre do Convento. Dizem que o edificio deste instituto estava onde posteriormente fabricaram a Igreja do Taumaturgo Portuguezes.

Tornemos agora a falar do Recolhimento da rua da Cadeia. Desejavam as suas Religiosas melhorar de casa por ser insufficiente e imprópria aquella em que habitavam, principalmente por lhe faltar água dentro e ser devassado o seu pequeno quintal pelas gentes que subiam às muralhas ou adarve da cerca antiga. E sabendo que a Duquesa D. Isabel de Alencastre, primeira mulher de D. Teodósio I, fizera voto de fundar um convento de freiras da Regra de Santa Clara, dirigiram-se a ela rogando-lhe que se dignasse converter o seu Recolhimento em Convento, conforme o seu voto. Aceitou a Duquesa esta proposta e rogativa. E, reconhecendo que o edificio da rua da Cadeia não pas-

sava de uma simples moradia particular com o seu oratório ou capelinha, cuidou em alargá-lo comprando para este fim um prédio de casas na rua das Donas⁽¹⁾ pertencentes a D. João d'Eça, outro a Fernão de Magalhães sito na mesma rua e um pardieiro de Baltasar Martins sito na rua do Ouro que correspondia às duas primeiras.

Enquanto se dispunha a planta do novo edifício, cuidou a Duquesa no espiritual dele procurando substituir a Terceira Regra de S. Francisco pela Segunda ou de Santa Clara. Com este fim escreveu ao Provincial dos Claustrais pedindo-lhe uma Freira Clarissa para reformadora do convento de que ela se havia constituído fundadora em conformidade com o seu voto. Prontamente deferiu a tão justa rogativa o Provincial mandando vir do convento de Santa Clara de Elvas a Madre Catarina Botelha, Religiosa de grandes virtudes, a qual tomou o sobrenome de *Madre de Deus* e introduziu no Recolhimento aludido o instituto de Santa Clara: isto em 1548 depois de quinze anos de existência do mesmo recolhimento.

Ora, com esta mudança de regra e de governantes aconteceu na comunidade o que sempre costuma suceder em casos idênticos por causa da soberba humana: houve discórdia. A antiga Abadessa Isabel de Jesus não gostou de ver outra Prelada no seu lugar e reagiu contra a nova ordem de coisas, unindo-se ao seu partido as Madres Grácia do Espírito Santo e Joana da Cruz que a Crónica diz serem suas irmãs carnis. Para acalmar esta desunião, dirigiu-se a Duquesa ao Recolhimento e fez ver às Religiosas que não podia patrociná-las sem que professassem a Regra de Santa Clara por assim ser o voto que fizera e agora se propunha cumprir. Mas não conseguiu convencer as três rebeldes que saíram do Recolhimento e foram albergar-se em casa de Frei Francisco Seicário, confessor do mesmo recolhimento, Frade Claustral e fautor do cisma. Contudo, três anos depois (1551) reconheceu a Madre Isabel a sem razão da sua pertinácia. Renunciaram todas três aos privilégios da Claustra e prometeram obediência à Segunda Regra nas mãos do Padre Frei André Varella, Provincial da Observância, isto é, da Franciscana.

(1) É difícil assinar a situação precisa da rua das Donas e da outra do Ouro, bastando-nos saber que todos estes prédios ficavam na Estacada no sítio onde vimos a meia lua do Poço do Concelho, em frente da rua do Angerino. Ali cruzava uma rua do poente a oriente ao longo da Cerca velha ou para a parte do curral do Concelho. Aventurar, porém, que esta era a das Donas ou do Ouro não o faço por me escassearem fundamentos.

Ao mesmo tempo que se davam estes factos, pensou-se em introduzir a Re-forma Clarissa no Recolhimento da rua de Santo António de que já dei notí-
cia para ser fundido com o novo Convento da Esperança passando as Religio-
sas deste para aquele visto que as suas casas tinham água da parte de den-
tro e não era o seu quintal devassado por gentes estranhas como acontecia
nos prédios da rua da Cadeia. Este projecto era já outro. Os obstáculos
da divergência de Regras foram vencidos pelo respeito à pessoa da Duquesa D.
Isabel de Alencastre e assim as três Religiosas que tinha o Recolhimento da
rua de Santo António, chamadas Esperança de Cristo, Madre do Convento ou Su-
periora, Isabel da Visitação e Maria do Rosário, convieram em aceitar a Re-
gra de Santa Clara e agregar no seu mesmo prédio as Freiras da Esperança.
Para legalizar a junção dos bens que ambos os Recolhimentos possuíam já im-
petrou-se autorização do Papa reinante Júlio III que a deu por um Breve de
10 de Fevereiro de 1552. E para se alargar o edificio obteve-se de El-Rei
D. João III uma Provisão para se poder vender um prédio de casas contíguo:
porém só se verificou a fusão das comunidades e não o alargamento da casa
como vai ver-se.

No lugar onde está o actual convento da Esperança, ao pé da fonte do Alan-
dreal no baixo Rossio, havia-se principiado um convento com a invocação ou
título da Imaculada Conceição de Maria para Freiras de Santa Clara. Tinha-
-o planeado uma devota mulher chamada Isabel Martins Fuseira que, ficando
viúva de Filipe Jorge na florente idade de trinta anos, renunciou passar a
segundas núpcias assentando antes em aplicar os seus rendimentos à fundação
e dotação de um convento, conforme o espírito da época. Comprara com tal
intuito um prédio de casas nobres, chamadas vulgarmente *os Paços de Gonçalo*
Vaz Pinto, Fidalgo do Duque D. Jaime e pessoa de grande nome, e uma horta
contígua. Dera princípio às obras em 1550, mas falecendo ao cabo de dois
anos ficara o convento incompleto.

Pareceu então haver facilidade em trasladar o convento da Esperança da
rua de Santo António, onde já funcionava, para este do baixo Rossio cujas
condições de vastidão e reponteamento num extremo da vila com desaforo bas-
tante eram melhores incomparavelmente. Mas toparam-se também alguns obstá-
culos porque no Recolhimento de Santo António veio a lavrar igualmente a ci-
são como acontecera no da rua da Cadeia. Soror Joana da Cruz e suas irmãs,
a quem Isabel Martins deixara uma pensão de cento e vinte mil réis, estavam
ausentes dele há dois anos por não quererem professar a Regra Clarissa. E,
pretendendo as Freiras da Esperança receber o legado com o fundamento de per

tencer à comunidade visto elas terem saído e serem contumazes em não regressarem para o convento, moveram-lhes demanda as sobreditas e sempre receberam o legado. Como, porém, a questão neste caso era de dinheiro, a Duquesa comprou aos herdeiros da viúva de Filipe Jorge o convento em meia construção. Completou as obras de mais necessidade e fez trasladar para ali a Comunidade Clarissa no seguinte ano de 1553 com autorização de Frei André da Insua, Provincial, que veio honrá-la com a sua presença. Mas a Duquesa, para mais segurança, impetrou do Papa Júlio III uma Bula de instituição por meio do Cardeal Rainúcio, em 4 de Fevereiro de 1554.

Quando, pois, se instalou devidamente a Comunidade no edifício do baixo Rossio contava já cinco anos de existência como convento da Regra de Santa Clara e mais quinze como recolhimento de Claustrais.

II

A estreiteza em que as Freiras viviam nos anteriores Recolhimentos foi o que obrigou a Duquesa D. Isabel de Alencastre a mudá-las para os Paços de Gonçalo Vaz Pinto, pois esta casa ainda não tinha a forma de um convento regular, achando-se o claustro e o dormitório apenas em rudimentos e a Igreja também incompleta. Por isso mesmo continuaram as obras com grande calor no dito ano de 1553 e nos seguintes até finar-se a Duquesa em 1558, isto é, cinco anos, sem todavia lograr vê-lo concluído com a necessária perfeição.

Adoecendo a fundadora e resolvendo seu esposo que fosse para Lisboa para ser ali tratada pelos mais hábeis médicos do Reino, fez testamento e nele dispôs o seguinte com respeito ao convento da Esperança: deixou-lhe 2:400\$000 réis pelo padroado descontando-se 200\$000 réis que já dera para ajuda da compra dos Paços e a herdade da Abobreira, no termo de Vila Boim, para as despesas de uma missa quotidiana cantada que seria a conventual com aplicação pela sua alma e bem assim de umas Vésperas de Defuntos, um Nocturno e missa de *Requiem*, tudo cantado, no dia aniversário do seu falecimento. Para a Igreja deixou um ornamento de tela de ouro; outro de cetim branco; um cálice de prata de quatro marcos; turíbulo e naveta igualmente de prata; uma arquinha forrada de tela de ouro com outra menor dentro para depósito do Santíssimo Sacramento; e uma caixa para hóstias: tudo isto de prata. Determinou, por último, que o seu corpo fosse enterrado no coro de baixo,

ainda que falecesse fora de Vila Viçosa. Assim aconteceu. Os médicos de Lisboa não puderam curá-la e sucumbindo a 24 de Agosto do sobredito ano de 1558 lá teve primeira sepultura e mais tarde cumpriu-se a sua última vontade trasladando-se os seus ossos para o mosteiro da sua fundação.

A piedosa D. Isabel de Alencastre alcançou em vida algumas Régias mercês para o seu convento: uma de quinze arráteis anuais de pimenta, doze de canela, seis de cravo e outros seis de gengibre por Alvará que El-Rei D. João III lhe mandou passar em 12 de Maio de 1555. E D. Catarina, sua mulher, por Alvará de 23 de Maio de 1558 passado em nome de El-Rei D. Sebastião, cuja era Tutora e Regente do Reino na sua menoridade, concedeu-lhe outra como tinham também as Freiras das Chagas e era poderem mandar vir lenhas dos termos do Redondo, Terena, etc.

III

Conquanto porém D. Isabel de Alencastre fizesse muito a este convento em vida e ainda por sua morte, foi preciso fazer-se mais alguma coisa para que os edificios abrigassem grande número de freiras e seculares recolhidas e tivessem a forma que nós conhecemos e portanto as Abadessas foram realizando gradualmente as obras necessárias e úteis que podiam.

Com efeito, a Madre Maria da Anunciação, eleita em 1600, fez no triénio do seu Abadessado o dormitório pequeno chamado novo e que ficava para a parte do norte ou porta da vila chamada porta da Esperança.

Catarina da Madre de Deus, eleita em 1614, completou as casas da portaria, interna e externa, a casa do tesouro e outras obras junto do pátio encetadas pela sua antecessora Catarina da Trindade, que vinham a ser restaurações dos Paços velhos de Gonçalo Vaz Pinto.

Joana do Deserto, eleita em 1620, fabricou as casas de falas ou grades (como se diz vulgarmente), uma alta e outra baixa e a enfermaria que é sobre o pátio, sendo tudo isto reformações dos Paços antigos.

Leonor da Apresentação, eleita em 1629, mandou fazer para a tribuna da capela-mor a actual imagem de Nossa Senhora da Esperança e no ano de 1631 enviou para Olivença as Madres Margarida da Coluna, Luísa da Assunção, Maria da Visitação e Isabel da Conceição para fundarem o convento de Clarissas daquela vila, hoje cidade, indo a primeira por Abadessa.

Teve este convento boas preladas.

A maior parte das moradias de freiras e seculares situadas no primeiro e no segundo andar foram construídas à custa dos pais ou parentes dessas freiras ou pelas próprias seculares recolhidas. A casa do "bairro alto" que é em terceiro andar foi construída por João da Costa Feio no século passado para desafogo de duas freiras suas filhas.

O Dr. André António de Castro, com autorização do Provincial e do Duque, comprou às freiras em 27 de Março de 1640 o altar de S. Francisco no braço direito do cruzeiro por 20\$000 réis para um jazigo e capela de missa quotidiana, obrigando-se a orná-lo com lâmpada e castiçais de prata. Não sei se ali jaz pois faleceu em Lisboa.

Segundo uma escritura de 1743 em que foi (...) ⁽¹⁾ o Prazo da Ordem de Avis por Agostinho Xavier da Silva a Maria Teresa e mais cinco irmãs freiras deste convento, pagava este ao Prazo 320 réis de renda de um pedaço de terra do Chão da Ordem. E provavelmente é a terra da cerca ou horta do convento que pertencia ao mesmo chão ou farrageal e foi adquirida posteriormente pelas religiosas. Em 1718 já estava formada a horta e tanto que nesse ano arrendaram-na com a estribaria e palheiro por 11\$000 réis.

IV

Extrairei agora da Crónica respectiva a notícia das confrarias e relíquias existentes nesta Casa.

As confrarias erigidas entre as enclausuradas eram quatro: a do Santíssimo Sacramento organizada pelas Madres Isabel dos Anjos e Francisca dos Anjos em 1614 e reorganizada em 1626; a de S. Bento, cuja imagem se vê pintada na parede do antecoro baixo onde está a escada principal, erecta em 1650; a das Almas do Purgatório, muito antiga e reconstituída em 1654; e finalmente a de Santo António.

As relíquias notáveis e imagens devotas eram as seguintes: uma relíquia do Santo Lenho da Cruz, engastada num relicário de prata; a cabeça de Santa Cristina, uma das Onze Mil Virgens, dada com seu autêntico pela fundadora e posta no coro de cima num meio corpo de escultura. Na casa do ante-

(1) Ilegível no manuscrito.

coro, por onde se passava à primeira varanda, estava uma capela onde se venerava uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. E em dois santuários, postos a seu lado, via-se uma custódia de prata com uma relíquia do Santo Lenho, três cabeças das Onze Mil Virgens e outras mais relíquias, tudo posto com ordem e decência merecendo especial menção uma de Santo Ildefonso, Arcebispo de Toledo, metida num braço de escultura ornado com ouro, aljôfres e pérolas. Fôra esta capela edificada pela Madre Leonor da Apresentação e a outra que lhe ficava defronte era obra das Madres Catarina Baptista e Cecília dos Anjos.

Ainda havia outras capelas e imagens devotas, cuja notícia omito por brevidade, remetendo os leitores mais exigentes para a *Crónica da Província dos Algarves*.

V

Da Crónica citada extrairei ainda a notícia honrosa da Madre Maria das Chagas, natural de Estremoz e falecida em 1631, a qual era tida entre as Religiosas como santa e até lhe atribuíam alguns milagres. O Padre Frei Lourenço de Portel escreveu uma Memória histórica sobre as suas virtudes, mostrando que estava no caso de ser beatificada. E a mesma Crónica acrescenta que El-Rei D. João IV esteve disposto a promover a sua canonização na Curia Romana. Era desta serva de Deus (segundo afirmam pessoas competentes) o cadáver extraído em 1876 de uma sepultura da Casa do Capítulo e que, segundo o epitáfio da campa, devia ser o da primeira Abadessa Isabel de Jesus. Não fôra o seu corpo coberto com terra e assim, ao abrir-se o sarcófago no dito ano, viu-se o cadáver inteiro. Mas logo que lhe tocaram desfez-se todo restando apenas um fragmento do hábito que com as cinzas foi lançado no osseiro do adro ou cemitério da Ordem Terceira.

A história da extinção deste convento em 1866, a venda do mesmo e trasladação dos ossos para o cemitério da Matriz dez anos depois ficaram já escritas na Primeira Parte, capítulos 132 e 137 (no Tomo III).

Em 1834 havia catorze freiras neste convento.

Em 1754 e anos seguintes, não sei por que motivo, aparece o Ouvidor Miguel de Oliveira Guimaraes figurando em todos os contratos de compras e vendas ou mútuos deste convento como administrador por autoridade Real e o mes

mo continuou a vogar durante os seus immediatos sucessores enquanto que nas administrações dos outros dois conventos não faziam o mesmo. Daí conjecturo haver-se dado algum facto menos regular que provocasse a intervenção Régia que, aliás, não devia ser Régia mas do Ordinário da Diocese ou do Provincial dos Franciscanos. Mas as Freiras outorgavam juntamente com o Ouvidor que assim figurava como uma espécie de fiscal.

VI

Descreverei agora o convento e a Igreja como eram em 1866 ao tempo da extinção da comunidade.

O convento não tinha fachada exterior com uma tal ou qual regularidade como os outros, mas era amplo bastante e de grande vulto ou mole.

No baixo Rossio mostra-se o adro da Igreja fechado por um portão de ferro ao qual se sobe por três degraus. Ao norte, já dentro da rua dos Frades, está o dorso da capela-mor com a janela de uma sacristia pequena, porém bonita e decente, de origem moderna. Mais para o norte acha-se um terraço ou tabuleiro elevado por onde se entra na sacristia antiga. Depois o hospício dos três Frades Franciscanos que curavam o espiritual do convento. Depois o pátio do mesmo convento, fechado por um pórtico, alto e largo, porém bastante singelo, e ultimamente quintal externo que passa ainda além da porta da vila, mas *intra muros*.

No pátio à mão esquerda ainda se conservam as moradias rasteiras das servas de fora e veleira e à direita a portaria com o lado setentrional da quadratura do claustro. A casa da portaria é a mais vasta de todas as de freiras e o seu rudo também o maior de todos, mas a porta interior que à mão direita comunicava para a clausura está já com cantarias e madeiras assente numa estalagem nova do alto da Praça. E as duas janelas do locutório ordinário, situado à mão esquerda, antes do rudo, vêem-se hoje com as suas grades miúdas de ferro numa estribaria ou coisa que o valha ao cimo da rua das Vaqueiras.

O claustro é quase como o das Chagas e também com arcarias de cimento. Sobre estas elevavam-se na quadratura primeiras e segundas varandas em cujas últimas estavam somente moradias particulares de seculares e freiras. O dormitório grande e antigo era da parte do oriente e o refeitório em baixo da

parte do sul ou da horta e cerca. Esta última ficava extra-muros da vila e foi preciso romper a muralha para se anexar ao convento.

Ao oriente do pátio achava-se um grande número de quintalinhos que pareciam terem pertencido a moradas anexadas posteriormente à fundação do mosteiro, tendo alguns deles os seus poços. E no quintal geral ou privativo dos Paços de Gonçalo Vaz Pinto, além de muitas árvores, canteiros de flores, etc., via-se a capela de S. João do Deserto onde as Freiras passavam a noite do Santo Baptista.

Não digo mais do convento porque ao traçar estas linhas nem sei com exactidão o que ali existe já, visto ser comprado à Fazenda Nacional e depois vendido e revendido, negociando sempre os seus possuidores com a venda de materiais e por consequente andando sempre ali a trabalhar o camartelo destruidor...

Que tempos estes nossos, Santo Deus!

No Rossio central, virada para o meio-dia, está hoje uma morada de casas reformada com três janelas de sacada, cuja do centro ostenta o remate de uma das capelas do antecuro e em baixo tem rodapé de azulejos do mesmo convento...

Para exemplo bastará mais este.

Passemos a descrever a Igreja que felizmente foi entregue à Ordem Terceira de S. Francisco e conserva-se em bom estado.

O adro, de que já falei, tem na parte do sul ou da mão direita de quem entra nele um muro divisório da cerca ou horta e a secretaria da Ordem Terceira sobre a sacristia da mesma; na frente corre de norte a sul a capela particular da referida Ordem Terceira; e à mão esquerda fica ailharga direita da Igreja das Freiras com a sua porta, que logo descreverei, recebendo o sol do meio-dia. Este adro, outrora aberto, foi fechado e terraplinado no século XVIII para servir de cemitério aos Irmãos Terceiros e por isso tem no fundo um altar para diante dele se fazerem os officios fúnebres, mostrando em pintura sobre reboco o Patriarca de Assis estendendo o seu cordão a um grupo de almas padecentes no purgatório para lhes procurar alívio. Mas opondo-se em breve a Câmara Municipal a que se fizessem ali enterramentos alegando a próxima situação da fonte do Alandroal em terreno mais baixo e com probabilidade prudente de escorrerem para ela os untos dos cadáveres, foi embargada a inauguração do dito cemitério ou serviu este a muito poucos somente.

O pórtico da Igreja é soberbo, mas esbelto demais. Nemo salvam deste de feito os ornatos que em cima tem. Até celebram os antigos que um dos nossos Reis, depois de ter entrado no templo, reolhara o pórtico dizendo com enge-nhosa admiração: - *Onde está a Igreja deste portado?! E não obstante, a di ta Igreja é maior do que as outras dos conventos de freiras.* Por cima da ci malha da porta vê-se um grupo de mármore representando a Nossa Senhora da Esperança com um letreiro em roda que diz: *Salus omnium in te sperancium* (salvação de todos os que em ti esperam), e uma fita por diante da imagem com estas palavras: *Maria grac. plena Dnus. Tecum* (Deus te salve, Maria, cheia de graça, o Senhor é contigo). Sobre dois anjos que se mostram aos lados lêem-se os nomes de Rafael e Gabriel.

Tem a Igreja o mesmo formato que a das Chagas, salva a diferença de uma pequena cúpula redonda sobre a capela-mor, mas sem janelas. As paredes são revestidas com azulejos até à cimalha e tem pinturas na abóbada. Os coros, alto e baixo, ficam da mesma sorte em frente da capela-mor. No trono da tri buna desta, já reformado no corrente século e feito de cimento com pinturas, venera-se o orago da Casa, Nossa Senhora da Esperança. Por cima da banquette, de cada parte do sacrário, estavam Santa Clara e S. João Baptista, de es cultura todos. Mas, depois que ali se instalou a Ordem Terceira, foi reti-rada a imagem do último para dar lugar ao Patriarca dos Menores, transferi-do para ali da sua capela particular. E nos extremos do retábulo de talha dourada figuram sobre peanhas salientes as effigies de S. João Evangelista e Santo António. Uma espaçosa janela da parte do meio-dia fornece bastante luz a esta capela-mor que é mais ampla e alegre do que as dos outros conven-tos de Freiras. No plano do presbitério da parte do Evangelho está a sepul-tura de Manuel Fernandes, criado da Duquesa (naturalmente a fundadora), com abreviaturas.

Todo o seu plano inferior era jazigo dos Lucenas por doação que fizera o Duque D. Teodósio II a Afonso de Lucena, secretário de sua Mãe e Fidalgo da sua Casa, que tinha o senhorio da referida capela. Conquanto, porém, seja um jazigo familiar, encontram-se ali os seguintes epitáfios singulares em latim e português:

Dom. Emmanueli Lucena et Elisabethae Nogueira, conjugibus, parentibus suis optimis, pientissimis, vitae integritate et singulari virtute praedi-tis, de liberis benemerentibus.

Ferdinandus Mattus, Catholicae Majestatis a consiliis, suo et familiae instauratoris Alphonsi (heu jam extincti) notitiae, pietatis et memoriae causa. (1)

Pos:

Emmanuel ad Aquas Flaviae anno Domini MDLXXV nonis Julii fato cessit. Elisabetha anno MDLXXX pridie non. Martii: quorum ossa in spem resurrectionis hic placide requiescunt.

Como se vê, os restos mortais de Manuel de Lucena e de sua mulher Isabel Nogueira, pais de Afonso de Lucena, instituidor do morgado de Peixinhos e falecidos em Chaves, foram trasladados de Chaves para este jazigo de família, pondo-lhes o letreiro seu filho Fernão de Matos, irmão de Afonso de Lucena.

Em português diz:

"Ao Senhor Manuel de Lucena e Isabel Nogueira, sua mulher, como a bons e amantíssimos pais, dotados de costumes irrepreensíveis e singular virtude e que bem mereceram de seus filhos, pôs Fernão de Matos, do Conselho de Sua Majestade Católica, em seu nome e no do instaurador da família, seu irmão Afonso (ai, já falecido!) este monumento para penhor do testemunho do seu filial amor e lembrança aos vindouros. Manuel faleceu em Chaves a 7 de Julho de 1575 e Isabel a 6 de Março de 1580. Aqui repousam placidamente os seus ossos à espera da ressurreição futura".

Outro:

"Nesta sepultura está o corpo de Afonso de Lucena, Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo, Alcaide-mor das vilas de Portel e Évora-Monte, Secretário da Senhora D. Catarina, filha do Infante Dom Duarte, Fidalgo da Casa do Duque de Bragança Dom Teodósio, segundo deste nome, por cuja mercê e doação é seu e de sua mulher e de seus descendentes o jazigo desta Capela-mor. Faleceu a 19 do mês de Agosto da era do Senhor MDCXVII de idade de LXIX anos e III meses".

Outro:

"Nesta sepultura está o corpo de Dona Isabel de Almeida, mulher de Afonso

(1) As últimas palavras estão em abreviaturas.

so de Lucena. Faleceu a 28 do mês de Maio da era do Senhor de 1623 dentro da clausura deste convento, aonde com faculdade Apostólica depois do falecimento de seu marido se recolheu e viveu cinco anos menos XV dias ".

Outro:

"Dom. Emanueli Lucenā, sacerdoti curiae Excellentissimi Principis Theodosii secundi, Briganciae Ducis, senatori, pietate in pauperes, animi cando re, morum suavitate in omnes, et omnium christianarum virtutum dotibus ornatissimo, fratri optimo, dilectissimo.

Ferdinandus Mattus, Catholicae Majestatis a consiliis, hoc fraternae benevolentiae monumentum statuit. Obiit in castro Elborae Montis anno Dñi MDCI quarto decimo Kalend. Julii ".

Diz em português: Ao Senhor Manuel de Lucena, sacerdote, capelão da Corte do Excelentíssimo Príncipe D. Teodósio II, senador, caritativo para com os pobres, puro de alma, afável para todos e muito ornado com os dotes de todas as virtudes cristãs, bom irmão e muito querido, pôs este monumento de fraternal amor seu irmão Fernão de Matos, Conselheiro de Sua Majestade Católica. Faleceu na vila de Évora-Monte no ano de 1601 a 18 de Junho.

No tempo do Marquês de Pombal, que desejava só ele ser grande neste Reino, foi proibido aos Lucenas terem o gozo daquele jazigo, mas depois da sua queda continuaram a sepultar-se ali até serem proibidos os enterramentos nas Igrejas.

Sepulturas do cruzeiro:

- Debaixo desta pedra jaz o corpo do Doutor Teles Teixeira. Faleceu a 23 de Janeiro de 1586.

- Sepultura de Manuel Pires e de sua mulher e de seus herdeiros.

- Sepultura dos confessores e capelães (da Casa) - 1605.

- Sepultura de Escovar de Lima e de sua mulher D. Maria Chanoca e de seus herdeiros. Faleceu a 4 de Setembro de 1597.

- Sepultura de Beatriz Machado, filha de João Gomes Vieira - 1580 - e de Afonso Machado da Maia e de sua mulher Inês de Sequeira.

Sepulturas do corpo da Igreja:

- Sepultura de Gaspar Lopes Fraústo e de seus herdeiros.

- Sepultura de Francisco Lopes, etc. Faleceu a 8 de Abril de 1579.

- Sepultura de Estêvão Carvalho e de seus herdeiros.

- Sepultura de João RS Iric (?) e de sua mulher.

- Sepultura de Maria Pais (?), filha de João Correia, primeira que vi-

veu nesta casa. Morreu a 29 de Março de 1570.

- Sepultura de Maria do Espírito Santo, filha de André Leitão. Faleceu a 7 de Fevereiro de 1587.

- Sepultura de Manuel de Araújo e de seus herdeiros.

- Sepultura de André Frz. e Rui Frz., seu irmão, e de seus herdeiros.

- Sepultura de Beatriz Vaz e de seus herdeiros.

- Sepultura de Bartolomeu Solteiro e de seus herdeiros.

- Sepultura de Francisco Freire e de seu irmão Bernardino Freire e de Si mão Freire e de sua mulher D. Maria Loba e de seus herdeiros.

- Sepultura de Simão Dias e de sua mulher Ana Vaz e herdeiros.

- Sepultura de João Francisco Pintor e de seus herdeiros.

- Sepultura de Rui de Sande (com brasão) e de seus herdeiros.

- Outra com escudo e cinco estrelas de cinco pontas e tem epitáfio.

- Sepultura de André Frz. da Boavista e de seus herdeiros.

- Sepultura de António Roiz, de sua mulher e herdeiros.

- Sepultura de Matias Rodrigues e de seus herdeiros.

- Sepultura de Manuel de Araújo, porteiro da câmara da Senhora D. Catarin a, etc., e de seus herdeiros. Jaz aqui sua mulher Maria Rodrigues.

- Sepultura de Manuel Francisco, sua mulher e herdeiros.

- Sepultura de Diogo Gomes e de sua mulher e herdeiros.

No pequeno cruzeiro alumiado por outra janela via-se dantes da parte da Epístola um altar do Senhor Jesus Crucificado onde os Terceiros abriram um arco para um confessionário de Freiras, no qual havia, para a parte do claus tro, uma capela da Assunção. E do outro lado estava uma escultura de S. Francisco de Assis, pequena, substituída agora por uma imagem de Nossa Senhora do Parto que as Freiras tinham dentro da clausura e costumavam pôr no mesmo altar durante as Festas do Natal armando ali um presépio. A dita ima gem de S. Francisco foi transferida para a capela da Assunção.

O cruzeiro tem uma balaustrada de pau ferro que o separa do corpo da Igre ja. Aqui há mais dois altares: um da parte do Evangelho, de forma singular que é maquineta de talha dourada com vidraças, onde recebe culto S. Vicente Ferreira; outro da parte da Epístola, dedicado a Nossa Senhora do Pi lar, que é uma imagem pequena de vestidos posta diante de um grande painel a óleo representando a Assunção de Nossa Senhora. Por cima deste altar fica um púlpito conforme o das Chagas.

Em redor das pilastras e arco da mesma capela ou altar lê-se em grandes

letras douradas:

"Esta capela he de Dona Hieronima de Sande Côrte Real, Camarera que foi da Senhora Dona Catherina, filha do Infante Dom Duarte e da Infanta D. Isabel, Infantes que forão de Portugal ".

Diante, no pavimento da Igreja, está uma sepultura com brasão de armas e este epitáfio: *"Sepultura de Rui de Sande e seus herdeiros "*.

A imagem de S. Vicente Ferreira foi mandada fazer em 1725 à custa da Madre Josefa Francisca de Santa Teresa e depois disso teve uma confraria. Na maquineta esquisita por falta de altura e elegância está metida a imagem com alguns relicários aos lados. É o avesso da porta da Igreja que lhe fica ao pé, tendo de menos a altura que a esta deram de mais.

Por baixo da dita porta abre-se o arco da grande Capela dos Terceiros com um bom engradamento de madeira de filetes e bordaduras douradas.

No coro de baixo abriu-se uma porta nova para os Terceiros poderem subir ao coro alto e à torre que é o próprio mirante das Freiras onde estão colocados no meio dois sinos.

No coro alto estavam pelas paredes alguns quadros a óleo que foram apeados por os reclamar o Governo Civil de Évora na ocasião de entregar a Igreja aos Terceiros e se perderam numa arrecadação do adro da Matriz. Havia alguns oratórios e um deles com uma imagem de Nossa Senhora da Piedade que possuía um olival no sítio de Maria Henriques para sustento da sua lâmpada, mas não tinha cadeiras em renques fixos como noutras partes. Assim mesmo era muito superior em tudo ao de Santa Cruz e lá estava o órgão que hoje se vê na Igreja do Espírito Santo.

No coro de baixo, ao pé das grandes do comunhão, estão as sepulturas da fundadora e de sua sogra com estes epitáfios:

"Aqui estão os ossos da Sereníssima Senhora Duqueza D. Leonor de Gusmão, 1ª mulher de D. Jaymes, IV D. de Bragança. Falleceo em esta Vª. Viçª. an. de MDXII "⁽¹⁾

"Aqui estão os ossos da Sereníssima Senhora Duqueza D. Isabel de Lencastro, 1ª mulher de D. Theodosio, 1º do nome, V Duque de Bragança, a qual é seu testamento declarou a tresladassem pª este seu convento da Esperança de Vª. Viçª., por ser padroeira delle. Fal. em Lxª. an. de MDLVIII ".

(1) Daqui se vê ser a infeliz D. Leonor apelidada de Gusmão e não de Men donça como escrevem a maior parte dos autores.

Tinha este convento bens suficientes para a sua sustentação e lhe rendiam ultimamente acima de um conto e duzentos mil réis em foros, censos, quinhões e rendas, sendo alguns onerados com encargos de missas e outros sufrágios.

É fama que no tempo de D. João V ascendia a oitenta o número das suas Freiras professoras, das quais as que não possuíam tença particular entravam no reparto do remanescente dos renditos da capela das Freiras Pobres, cuja administração estava no convento da Santa Cruz.

Infelicíssimo como o de S. Paulo, daqui a pouco só restará do convento da Esperança a Igreja por estar à conta da Venerável Ordem Terceira.

As negociações de compras e vendas de casas e quintais dentro dos conventos eram feitas por escrituras particulares com aprovação da prelada, mas algumas vezes lavrava-se escritura pública e disso encontro alguns exemplos, v. gr. Pedro Vaz Soares, Cavaleiro da Ordem de Cristo, encomendou em Lisboa a compra de duas moradas de casas neste convento da Esperança por 250\$000 réis para residência das suas duas filhas freiras, em 25 de Março de 1712.

A capela de S. Francisco era do Dr. André António de Castro. A ela pertencia a herdade da Torre e a horta das freiras em Pardais à Fonte do Soeiro comprada a Silvestre por 300\$000 réis e a Inácio da Costa por 80\$000 em 1735 com o produto de umas casas derrubadas no Castelo para as fortificações e que D. João V lhes mandou pagar.

CAPITULO IX

Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Assis

A terceira regra deu-a o Santo Patriarca para pessoas seculares, homens e mulheres, sem fazerem votos mas somente para praticarem certos actos de piedade e devoção, em 1221.

(Álvares - Estudos sobre o município de Montemor-o-Novo)

I

Visto que temos já falado na Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Assis, como anexo do convento da Esperança e hoje estabelecida na Igreja deste mesmo convento, pede a conexão destes institutos religiosos que não passemos adiante sem já deixar aqui as notícias que lhe respeitam embora nos falte ainda historiar um convento e outras associações de maior momento.

As Ordens Terceiras, depois da Bula "Romanus Pontifex" de Clemente XII de 30 de Março de 1732, ficaram reduzidas à condição das confrarias dando-lhes até este mesmo nome os Pontífices posteriores. Bento XIV declarou que os Terceiros que vivessem no século estavam sujeitos à jurisdição dos Ordinários das Dioceses.⁽¹⁾ Hoje assim acontece também quanto à confirmação do Padre Comissário, mas antes de 1834 esse Comissário era um dos mesmos Franciscanos do Hospício das Freiras, designado pelo Provincial sobre proposta dos Mesários.

(1) J. Manuel Álvares - Estudos sobre o município de Montemor-o-Novo, volume 2, pág. 2 do Apêndice ao 1º.

O cronista Frei Jerónimo de Belém, citado atrás, diz-nos muito pouco acerca da fundação da nossa Ordem Terceira de S. Francisco: apenas consigna que ela é devida à direcção e zelo fervoroso de Frei António das Chagas, Religioso da Observância, o que diz ser a sua capela actual do tempo de El-Rei D. João V ou primeiro quartel do século passado.⁽¹⁾ Mas eu achei uma escritura de 20 de Setembro de 1673 em que as Freiras deram licença à Ordem para fazerem uma capela com entrada pela Igreja e um consistório detrás dela. Porém essa capela não tinha mais do que vinte palmos de fundo e algumas pedras na parede para santos. Declaram as Freiras que a da Ordem funcionava já desde há alguns anos na Igreja. Logo, os Terceiros contrataram a feitura da capela e do consistório com Domingos Nunes e António Frz. por 240\$000 réis.

Conquanto, porém, a Ordem Terceira do Seráfico Patriarca não possuisse até então uma capela própria com a vastidão precisa para os actos do seu culto e exercícios devotos dos seus irmãos, não pode pôr-se em dúvida que ela existia já entre nós desde antigos tempos. No capítulo antecedente vimos que na nossa terra existiam Terceiros nos princípios do século XVI e se existiam é porque tínhamos uma tal Ordem, bem ou mal montada. O mesmo cronista menciona que os Duques de Bragança meditarão em fazer uma capela aos Terceiros na Igreja das Chagas, não o realizando por falta de terreno, o que em verdade assim é. Diz mais que uma imagem de S. Francisco, venerada no coro de baixo das Chagas e que os leitores já conhecem, fôra mandada fazer pelos Duques para essa capela em projecto e que os Terceiros dela usaram na procissão de quarta-feira de Cinzas até ao ano de 1717 em que as Freiras sobreditas recusaram emprestá-la mais, tanto pelas demoras que havia sempre em restituí-la como pelo modo indecente com que o haviam feito naquele ano mandando-lha por um acaretão. Isto sugere-nos que os Terceiros estavam já naquele tempo instalados na Igreja da Esperança e não de fresca data.

Entendo, pois, que esta Ordem compatível com o trato do século existia em Vila Viçosa pelo menos desde o princípio do século XVI em que os Capuchos vieram estabelecer-se entre nós, que depois da fundação do convento da Esperança funcionou na sua Igreja servindo-lhe um dos seus altares e que só pos

(1) *Crónica da Província dos Algarves, Tomo 4, cit.*

teriormente ao ano de 1717 edificaram a sua grande capela com arco para dentro da mesma Igreja, concedendo-lhes as Freiras tal autorização e dando-lhes sem dúvida o terreno.

Por escritura de 13 de Novembro de 1735 obrigou-se o ministro Nicolau da Silva Carvalho, almoxarife da Casa de Bragança, a comprar os paramentos roxos com galão de ouro fino precisos para se fazer com decência a procissão de Cinza, a saber: um pálio, sete capas, manga de cruz, três sanefas, etc. dando ele 24\$000 réis de esmola e recebendo o saldo que havia em cofre e continuando a mesma mesa até lhe pagar os paramentos com os saldos que fosse tendo a Ordem. Fez-se uma convocação extraordinária dos irmãos e assinaram vinte e seis dos ministros e irmãos e concederam-lhe o direito de sepultura no presbitério da capela para ele e para seu filho Guilherme da Silva Carvalho. Mas este pagamento era fácil desde que a Ordem possuía os bens de Maria de Moura. E deste Nicolau que fala a tradição dizendo que ele era judeu converso e dera aqueles paramentos. Mas não deu: emprestou o seu prego e deu a esmola supra-mencionada.

III

Descrevamos a dita capela cuja situação ficou já assinalada no capítulo anterior.

E de abóbada forte com o comprimento ordinário de uma Igreja de segunda ordem. Tem no pavimento soalho de madeira para melhor comodidade dos irmãos. Em cada parede lateral está uma galeria de nichos envidraçados com santos da Ordem Franciscana que saem na procissão de Cinza em andores; e então os nomearei quando mencionar a forma de tal procissão. O retábulo do fundo sobre o altar, todo feito de mármore lavrados, tem sacrário e três nichos maiores que resguardam as imagens de Nossa Senhora da Conceição (no meio, como orago da capela), o Salvador do mundo como penitente e o Patriarca da Ordem. Duas janelas quadradas que dizem para o adro fornecem bastante luz a este recinto sagrado.

Da parte da Epístola fica a sacristia e casas de arrecadação com uma boa secretaria ou casa de despacho em cima. Tem esta última duas janelas de sacada para o adro e ali, segundo referem pessoas antigas, devia continuar-se o edificio até à esquina exterior do mesmo adro e ainda para dentro da cer-

ca das freiras como indicam os dentes de pedra que se vêem nas paredes da secretaria, e isto para se fazer uma enfermaria para os irmãos doentes pois naquela época a ordem possuía duas boas herdades, sendo uma delas a de Tena^zes na Matriz de Juromenha. Não se levou a cabo esta empresa (dizem os velhos) por causa das leis perseguidoras do Marquês de Pombal e seus sectários, obrigando estas coporações a aforar todos os seus bens livres dentro de um ano e dia. E, sendo os terceiros descuidosos em efectuar os aforamentos, appareceu um denunciante que, segundo a cominação das leis vigentes, empolgou as ditas herdades em prémio de denúncia. É o que tenho ouvido contar.

Depois disso (fins do século XVIII) os rendimentos da Ordem ficaram reduzidos às jóias das entradas e profissões (480 réis), às anuidades dos irmãos (240 réis) e às gratificações pela assistência aos enterros de estranhos que constam de 2\$000 réis em dinheiro e de uma vela a cada irmão em beneficio da Ordem (o que nem sempre acontece por ser facultativo) e de outros 2\$000 rs. quando levam o seu esquife. Daí resultou que, para se reparar a ruína da capela produzida pelo terramoto de 1858, foi preciso abrirem os Terceiros uma subscrição de esmolas na vila, como expliquei noutro lugar, cabendo especiais louvores aos irmãos Francisco Martins Toscano que supriu as faltas que houve e Francisco António Cravo que subscreveu largamente.

O cemitério que hoje serve de adro foi feito em 1797 e importou em 40\$320 réis. No ano seguinte fez-se o portão de ferro que custou 60:565 réis. O jantar dos presos em 1797 foi dado à custa da Ordem e custou 6:100 réis.

IV

As funções religiosas e actos pios promovidos hoje pela Ordem são os seguintes:

1 - Faz a procissão de penitência na quarta-feira de Cinza, à tarde, com sermão a expensas do Vice-ministro.

2 - Celebra o jubileu da primeira segunda-feira da quaresma, na qual correm a desobrigar-se a maior parte dos irmãos e irmãs: aqueles com os seus hábitos roxos vestidos e estas com o cordão sobre o vestido secular e bentinhos ao pescoço.

3 - Leva um jantar aos presos da cadeia na segunda-feira maior, custean-

do o Ministro essa despesa. Dizem que antigamente livrava um preso pobre pagando-lhe o livramento.

4 - Faz exposição em quinta-feira de Endoenças e o Enterro do Senhor no dia seguinte - isto desde a extinção do convento da Esperança.

5 - Celebra as festas de Santa Isabel, Rainha de Portugal a 4 de Julho, pagando a Ministra o sermão; a das Chagas de S. Francisco a 17 de Setembro que é a sua principal e em que se renova a eleição da mesa gerente; e o Jubileu da Porciúncula a 2 de Agosto. Nos jubileus chama-se um ou dois confessores extraordinários.

6 - Assiste a todas as procissões solenes para que é convidada sem remuneração alguma.

7 - Concorre aos enterros dos seus irmãos levando esquife e aos dos estranhos recebendo a gratificação já mencionada. Outrora os irmãos que pegavam no esquife eram os designados pelo Ministro; porém depois introduziu-se o costume de haver quatro sujeitos privativamente a este encargo com o nome de *Irmãos da Caridade*, que todavia recebem uma pequena esmola.

8 - Faz um officio fúnebre por cada irmão falecido, outro geral e aniversário por todos. E, ao encerrar qualquer acto do culto divino, recita um *Memento* por todos também.

9 - Dá exercícios particulares de disciplina e oração aos seus associados nas segundas e sextas-feiras de quaresma à noite, com portas fechadas e admitindo só pessoas do sexo masculino, o que outrora se fez também nas quartas-feiras.

10 - Celebra durante as esterilidades ou calamidades públicas preces por três ou nove dias sem licença do Ordinário por privilégio Pontifício. E, não se obtendo o pedido, vai continuar as preces na Matriz levando à noite a imagem do seu Patriarca em procissão de penitência e depositando nas mãos da Padroeira do Reino a petição levada por aquele.

Enfim, esta Ordem tem sido sempre benemérita do culto divino e hoje mais apreciáveis são os seus serviços visto faltarem já as comunidades frades - cas, as quais faziam dantes o brilhantismo das nossas procissões e enterros.

Está sendo a Ordem hoje sustentada pelos homens do povo incluindo grande número de trabalhadores e é certo que sempre o povo miúdo e não os nobres tem sido o maior sustentáculo do culto divino.

Quanto a bens e rendimentos, além das eventualidades já referidas, apenas hoje possui 300\$000 réis nominais em inscrições de 3% da Junta de Crédito Público, as quais foram compradas com os legados em dinheiro que no ano de 1872 lhe deixaram os Padres António Correia e Manuel Correia, cooperando para isso não pouco o autor destas *Memórias*, mas com o encargo de terem lâmpada acesa diante de S. Francisco.

Tem os paramentos precisos para a procissão de Cinza e uma banqueta de castiçais de prata com o seu crucifixo - tudo (conforme dizem) dado por um Judeu convertido no século passado em gratidão de o admitirem na Ordem.

CAPITULO X

Colégio de S. João Evangelista

Ao Duque, meu filho, mando e peço que continue com a obra da Casa Professa da Companhia de Jesus na forma e traça que tenho ordenado se faça; e não consentirá a que se mude ou altere coisa nenhuma dela; e lhe rogo que com toda a pressa a mande pôr por obra.

(Testamento de D. Teodósio II)

I

São escassas as notícias relativas à Casa Professa de S. João Evangelista da nossa terra, pois na *Crónica da Companhia de Jesus* escrita pelo Padre Baltasar Teles nada achei que lhe dissesse respeito.

No entanto, satisfazem-nos essas poucas memórias que topamos na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* a propósito da biografia do Duque de Bragança D. Teodósio II, pois, como o colégio sobredito foi obra exclusivamente deste Duque, reduz-se a sua crónica a esmiuçarmos porquê, quando, como e onde a fez.

Cadornega, mencionado este nosso instituto na sua *Descrição de Vila Viçosa* adverte o que eu também lembro aos meus leitores e é que o Colégio da nossa vila tinha as honras de *Casa Professa* onde se abrigavam Padres de quarto voto, já provados em longos anos de ensino público nas universidades e academias e de pregação nas missões do Reino e do Ultramar. Não era um mero colégio ou seminário de noviços.

Os Jesuítas, chamados *Apóstolos* no século XVI, como andavam continuamente em missões, vieram cedo a Vila Viçosa e cá tinham hospedaria e capela provisória onde quer que fosse. Isto se vê do Livro da Administração da Misericórdia respectivo a 1569 onde a fls. 4 do Inventário do *fato da quaza* está descrito um cálice pertencente à capela das Romas e uma vestimenta com a declaração de estarem na capela dos Apóstolos por empréstimo. Logo, já por cá permaneciam ainda que não tivessem casa própria.



IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA

Mas vamos à história da fundação da Casa Professa da Companhia de Jesus.

Consultando o piedoso Duque D. Teodósio II com alguns Padres graves e zelosos da Religião sobre fundar-se nesta vila uma Casa Professa de Jesuítas, foram todos concordes em aprovar-lhe e louvar-lhe o seu propósito. A embaixada Japonesa que passara pela sua corte dirigida por aqueles sábios, virtuosos e prestimosos soldados da milícia cristã trouxera-lhe à meditação o muito que eles faziam no velho e novo mundo em prol dos progressos do Catolicismo. Pensou por muitas vezes no zelo infatigável com que sustentavam as missões no Reino para impedir a torrente da desmoralização. E ele, que era homem de vida irrepreensível, quis também dotar a sua pátria com uma congregação religiosa que não se limitasse à vida contemplativa e práticas devotas no interior das suas casas, mas exercesse a vida activa de santificação própria e alheia, empregando-se constantemente em práticas morais e sermões de missão, exercícios devotos em público e ensino da doutrina cristã às crianças pobres e mal educadas. Comparando o Frade Paulista ou Capucho com o Padre Jesuíta, viu que se distanciavam muito no ardor com que se empenhavam na boa cultura da vinha do Grande Pai de famílias, merecendo com razão os Jesuítas o título de *Granadeiros do Papa*.

Assim, pois, dirigindo-se o Duque ao Provincial no ano de 1601, concertou com ele a erecção da Casa Professa, vindo logo alguns Padres para a nossa terra, de sorte que todos os domingos e dias santos ouviam já os Calipolenses a explicação do Evangelho e da doutrina cristã - coisa que os Párocos não faziam pelo seu desleixo e muita ignorância naquela época; e começavam a fazer-se exercícios espirituais, vias sacras e outras práticas devotas.

Nos fins desse ano de 1601 ou princípios de 1602 comprou o Duque as casas nobres da rua dos Fidalgos, quase defronte da travessa da Amoreira, para se estabelecer ali o Colégio provisório, tendo por titular S. João Evangelista. E logo para lá foram morar. A Igreja provisória era no pátio ao sul onde hoje está uma lagareta com celeiros por cima: obra de Ernesto Maria Vidigal Montenegro. Ao cabo de mais dois anos, ou a 20 de Março de 1604, escreveram-se num Memorial as condições da erecção desta casa em duplicado, assinando o Padre Novais pelos Jesuítas e Afonso de Lucena pelo Duque, como se vê na Prova nº 260 da *História Genealógica* (Tomo 4).

Deu logo o povo o título de Colégio a essa casa provisória e depois de erigida a definitiva passaram a chamar-lhe *Colégio Velho*. E assim mesmo que o tombo dos bens da Confraria da Misericórdia intitula aquele prédio como podem ver os curiosos; mas também o prédio grande ao norte em cujo pátio estava a capela se chamava *Colégio Velho* no século XVII como se vê de um documento. Este documento é uma escritura de partilhas do casal de Manuel Lopes, Almoxarife, que está no tombo 4º da Misericórdia, e foi feita entre o Padre João Torre Ferreira e seu filho do mesmo nome. A casa da capela de Manuel Lopes na rua das Cortes confrontava pelo sul com o Colégio Velho, isto é, com a casa nobre.

Entretanto mandava o Duque traçar a planta do edificio e assinava-lhe a eminência de Santa Luzia, rompendo-se aí a muralha moderna da vila e interrompendo-se a nova rua ocidental de fora, pois a povoação medrava tanto naquele século que regorgitava já para o poente da moderna cerca de muros. Quando chegou à condição de ser habitado pelos Jesuítas, dotou-o com dois contos de réis anuais consignados à Casa de Bragança e lavrou-se escritura da doação de tudo com as seguintes condições: 1ª - que não residiriam na Casa Professa mais de vinte e quatro Padres; 2ª - que o Duque e seus sucessores participariam sempre dos sufrágios, sacrifícios e quaisquer boas obras que na Companhia se praticam e fazem todos os Padres e Irmãos dela, e bem assim de todas as graças e prerrogativas concedidas e que de novo se concedessem aos fundadores das Casas Professas da mesma Companhia; 3ª - que dele, Duque, e dos seus sucessores seria a capela-mor da Igreja onde sem sua expressa licença ninguém poderia ser sepultado; 4ª - que a Companhia em tempo nenhum poderia largar a dita Casa Professa, antes a conservaria mandando para a habitarem os Padres e Irmãos que necessários fossem para se empregarem nos louváveis exercícios do mesmo instituto, etc.

Estas condições propostas pelo Duque foram primeiramente submetidas à aprovação do Prepósito Geral de Roma, Cláudio Aguaviva, que lhes deu o seu beneplácito mandando passar carta patente de aceitação em 31 de Maio de 1604. E, sendo ela apresentada ao Provincial deste Reino, o Padre António Mascarenhas, assinou este a escritura com as mencionadas condições a 28 de Junho do mesmo ano. (1)

Aqui temos, pois, a época certa da erecção da Casa Professa: o ano de 1604.

(1) Tomo VI, pág. 502 e Tomo 4 das Provas, nº 260, da *História Genealógica*. Cadornega na sua *Descrição de Vila Viçosa* menciona os cinco mil cruzados que lhes dava a Casa de Bragança.

Felizmente a *História Genealógica* não só afirma estarem já residindo em Vila Viçosa alguns Jesuítas Padres quando se assinou a escritura de doação do Colégio Novo, mas até os nomeia dizendo que eram o Padre Pedro Novais, que tinha sido Lente de Prima e Reitor da Universidade de Evora e agora nomeado Primeiro Prepósito da nossa Casa Professa, o Padre Diogo Valente, que morreu sendo Bispo do Japão, e o Padre António de Abreu, que se finou sendo Provincial; de onde se infere que todos três eram varões abalizados em ciência e virtude. Em companhia dos referidos haviam de estar alguns Irmãos coadjutores e leigos na forma do costume.

Apesar do contrato feito em 1604 entre D. Teodósio II e os Jesuítas, vejo por uma escritura de 14 de Fevereiro de 1632, lavrada nas notas de Manuel de Oliveira, que o dito Duque impetrou do Papa uma Bula que applicava por vinte e cinco anos os frutos da Igreja de Rebordais tirando apenas 60\$000 réis para cõgrua do Abade, a quem depois se concedeu mais 7\$000 réis. Findos os vinte e cinco anos, tornou D. Teodósio a pedir ao Papa a mesma graça por mais dez anos e então o Abade opôs-se apelando para a Relação do seu Bispa-do. Por último, fez-se uma composição por meio da qual ficou o mesmo Abade com 107\$000 réis de cõgrua. Na dita escritura de 1632 outorgou o Prepósito Padre Pero de Brito, o dito Abade, e o Dr. André Cardoso Godinho por parte do Duque. Já se vê, pois, que as obras não correram, como se julga, só à custa da Casa de Bragança.

III

Mas não se creia que em 1604 estava o Colégio Novo acabado, nem ainda principiado.

O terreno escolhido foi o alto do Adro de S. Bartolomeu, hoje Praça Nova, para ali campear a Igreja descendo o Convento pela rua de Frei Manuel e a cerca devia ser formada nos quintais ou chãos talhados já entre a rua de Fora e o Carrascal. Por consequente, esta empresa devia levar muito tempo a executar porque não estavam em uso as expropriações, mas eram voluntárias as vendas. Achei nas Notas de André de Barros as escrituras da compra de um farrageal de António Nobre, situado entre a rua da Oliveira ou de Fora e o Carrascal, em 1611, o qual farrageal partia com casas e quintal de António de Saiar e com o farrageal de André Mendes de Almeida que o Duque fez com-

prar em 1614. Mas as casas do Adro de Santa Luzia e de S. Bartolomeu, onde está a Igreja e a portaria, só vieram a ser compradas pelo Prepósito Padre Gaspar da Silva em 1636 quando já não vivia D. Teodósio II, e ainda em 1666 comprou o Prepósito Padre Manuel de Matos um prédio na rua de Frei Manuel que faltava para se cumprir a traça do edifício nesta parte. Daqui vêm, pois, os leitores que a obra da casa nova marchou muito lentamente e parece que a trasladação do Colégio Velho da rua dos Fidalgos para o Novo do alto da Praça veio a executar-se tarde: talvez depois de 1666, data do primeiro pupilo.

Sei todavia que continuaram as obras do Colégio assinando em cada ano o dispêndio de 600\$000 réis que provavelmente se gastavam só na ornamentação do interior do templo, pois o Padre Simão de Vasconcelos escreve no princípio da *Chrónica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*⁽¹⁾ falando de El-Rei D. João IV: *Continuou com o edificio do Templo da Casa professa da Companhia de Jesu em Villa Viçosa, com consignaçaõ pera esta obra todos os annos de mil e quinhentos cruzados.*

Note-se que fala só da continuação da Igreja e ponho dúvida em que se cumprisse a consignaçaõ durante os dezasseis anos do seu reinado em que se viu a braços com uma guerra interminável. Demais: se as obras em Santo Agostinho pararam, como é sabido, também estas deviam estacar; e por último El-Rei D. João IV confessa no seu testamento a suspensão das obras transmitindo a sua mulher e tutora do seu filho e sucessor a recomendação que seu pai lhe fizera a ele.⁽²⁾ Mas a Rainha D. Luísa viu-se nos mesmos embaraços e nada pôde fazer.

As obras continuaram sempre até à extinção destes Padres em 1759.

O púlpito da parte do Evangelho foi fabricado em 1661 e o da parte da Epístola em 1734, como dizem as eras abertas na sua base.

Em 2 de Dezembro de 1637 comprou o Prepósito António Pessoa um cabouco de água e junqueira em Mav-Freire por 30\$000 réis a Manuel Bispo com direito de emanar a água para o Colégio, o que não chegou a realizar-se. Seria isto o que hoje chamamos nascente nova? Pode muito bem ser e é muito provável.

Em 1688 ajustou Manuel Lopes, Almoxarife dos Paços, com o entalhador de Lisboa Francisco Machado, morador nesta vila, a talha do altar de S. Fran-

(1) *Dedicatória a D. Afonso VI in fine.*

(2) *Provas da História Genealógica, Tomo 4.*

cisco Xavier por 150\$000 réis devendo estar acabado no ano seguinte, sendo seu sócio o nosso carpinteiro Bartolomeu Dias. Esses 150\$000 réis deu-os ele de esmola e em 1692 ajustou com João de Touro Freitas A. (...) ⁽¹⁾ para douramento da talha por 250\$000 réis. Total 400\$000 réis de esmola para esta obra. Dessa escritura consta que o mesmo João de Touro dourara já a capela-mor do Espírito Santo e a da Senhora do Rosário da mesma Igreja. Devia ser ouro corado como as anteriores.

A capela da Senhora da Conceição só foi dourada em 1697 por João de Touro, apesar de ter sido a talha feita primeiro que a capela de S. Francisco Xavier. Custou 260 réis só a douradura.

O frontispício de mármore foi levado até ao cimo em 1698 e provavelmente em 1699 como consta de uma arrematação feita naquele ano pelo Ouvidor João Valente Mendes.

De uma escritura de 2 de Agosto de 1742 consta o contrato feito pelos Padres da Companhia com os fundidores António Marques da Silva e seu filho Jacinto Marques para lhes fundirem dois sinos por quarenta moedas de ouro e 4\$800 réis, devendo os sinos ficar bons e estarem à prova um ano. Eram de Portalegre os mestres.

IV

Quanto à história dos serviços prestados à Religião e às Letras por estes congreganistas nos 155-160 anos que residiram entre nós, pouco posso dizer por escassearem os documentos escritos. Sei apenas que D. João V os encarregou da direcção do Colégio dos Reis que então passou a ter o nome de *seminário* porque, além da instrução primária, latim, música e canto - chão, aprendiam os alunos algumas ciências eclesiásticas ficando assim habilitados para o sacerdócio, o que explicarei melhor quando tratar do sobredito Colégio.

Por tradição dos antigos consta-me que na sua Igreja faziam práticas doutrinais e missões, franqueando o tribunal da Penitência a todos e que em determinados tempos saíam pelas ruas e largos com bandeira, campainha e cana a reunir pelas encruzilhadas rapazes da plebe ensinando-lhes aí em público

(1) Ilegível no manuscrito.

a Doutrina Cristã. A campanha era para sinal da bandeira e Padre que passavam e a cana, levada como a bandeira por um Irmão Converso ou leigo, servia para dar coques nos rapazes que durante a catequese faziam travessuras. Deste modo ninguém deixava de saber o catecismo, pois, se o não aprendiam nas Igrejas ou nas escolas, aprendiam-no pelas ruas. Tão grande era o zelo religioso de Santo Inácio de Loyola e seus dignos filhos!

Os sermões das nossas principais festas eram confiados a estes Padres que tinham a prerrogativa de pregadores oficiais do município, encarregando-os a Câmara dos sermões da quaresma e advento que ela pagava, como se viu na Primeira Parte.⁽¹⁾

Os créditos de que eles gozavam entre nós pelos seus abalizados conhecimentos científicos eram tais que ainda hoje se diz de certas precauções higiénicas: - *Era regra dos Padres da Companhia!*

V

Por carta de lei de 3 de Setembro de 1759 foram expulsos os Jesuítas de todo o Reino e do Ultramar com grave dano das missões que sustentavam entre os gentios e selvagens, porque assim o quis Sebastião José de Carvalho que então reinava em nome de D. José I.

A Casa de Bragança tomou posse do Colégio e pôs ali um sacristão que olhasse pelo asseio da Igreja e a franqueasse ao culto público, pois estavam ali erectas várias confrarias particulares, que eram: a Congregação de Nossa Senhora do Socorro com alguns rendimentos próprios, a de S. Francisco Xavier, a de Santa Ana, a dos Anacoretas, a de Santa Quitéria que possuía, como sabem os contemporâneos, um prédio de casas fronteiras à portaria do Colégio, outro no Rossio ao pé do Passo, uma courelinha de vinha à Portela e um olival a S. Saturnino, e outras.

Quanto à dotação do Colégio em bens de raiz, nada consta com clareza dizendo apenas os antigos que se mantinham os Padres com dois contos de réis em dinheiro que lhes dava a Casa de Bragança.

Servindo apenas a Igreja para alguns actos do culto divino, se conservou o Colégio até ao ano de 1793 em que passaram a estabelecer-se ali as Beatas

(1) Capítulo 62, etc.

de S. José com o encargo do ensino de meninas por mercê do Príncipe Regente.

Neste tempo ou pouco depois instituiu o Padre Tomás Xavier de Torres uma capela de missa às onze horas nos domingos e dias santos, dita no Colégio e administrada pela Misericórdia, à qual deixou com esse encargo a Quinta da Cebola de Cima. A dita capela foi transferida em 1865 para a Igreja do Espírito Santo.

Em 1806, quando o Príncipe Regente determinou reformar o altar-mor da Capela Real, mandou trasladar para o Colégio o Cabido e, porque o Príncipe faleceu sendo já Imperador e Rei sem poder vir assistir à reabertura da Capela do Paço como dizia querer, funcionou o Cabido no Colégio até ser dada a sua Igreja à freguesia de S. Bartolomeu para ali instalar a sua Igreja Paroquial. A doação da Igreja à Paróquia de S. Bartolomeu para esta se instalar ali foi efectuada por Decreto de 4 de Abril de 1853, mas só veio a Junta de Paróquia a tomar posse dela em 13 de Setembro de 1862 em virtude de um novo Decreto passado a 24 de Agosto desse ano.

Feitas algumas obras de reparo e acomodação, perderam as Beatas o gozo do coro alto, ficando restringidas ao uso de uma tribuna Ducal e de uma sacristia, e foi estabelecer-se na Igreja a paróquia de S. Bartolomeu em 19 de Fevereiro de 1865.

Eis a razão por que subsiste ainda o Colégio de S. João Evangelista.

Tinham os Jesuítas os ornamentos e alfaiaes precisas para o culto divino, e até se diz que deles era um paramento riquíssimo de tisso de ouro que está na Capela da Vitória de Montes Claros. Mas a freguesia de S. Bartolomeu pouco ou nada houve desses paramentos e alfaiaes porque os Beneficiados da Real Capela chamaram a tudo seu e tudo levaram, de sorte que hoje nas arrecadações da mesma Capela vêem-se frontais que ali não podem servir por não se adaptarem às dimensões dos seus altares: sinal certo de que nunca lhes pertenceram.

VI

Vamos já descrever o colégio e a Igreja.

Foi a Casa Professa edificada, como já antecipei, sobre os muros da vila para a parte do poente, ficando fora deles a cerca cujo terreno evidentemente pertencia até então ao largo do Carrascal, sendo portanto necessário im-

pedir ao cimo a moderna rua de Fora para se ligar o colégio com a dita cerca.

Deixou D. Teodósio II esta Casa apenas com dois dormitórios ou faces do claustro, a saber: o que desce pela rua de Frei Manuel, com janelas simétricas de peitoril, em continuação do frontispício do templo; e o outro que segue ao longo do mesmo templo da parte do Evangelho ou do sul. Não pôde El-Rei D. João IV acabar o claustro e dormitórios pelas razões já expendidas e os seus sucessores não pensaram mais em tal, não obstante a sua recomendação testamentária.

Com a Igreja dá-se o mesmo caso, porém somente quanto às cúpulas das torres - única falta que ali há. O seu frontispício, único de Igreja fabricado inteiramente de mármore pelo estilo dórico, está reclamando instantemente a conclusão das torres, cuja despesa não pode exceder um conto de réis, mas as nossas presentes condições já não são de edificar salvo destruindo outra coisa...

O frontispício, como ia dizendo, está disposto em três galerias. Na primeira ou inferior acham-se três pórticos no centro e duas janelas quadradas nos extremos ou corpos das torres, tendo os pórticos cimalthas arqueadas como as janelas do segundo andar alto do Paço Real. Na segunda galeria estão quatro janelas com um nicho vazio no meio e na terceira mais cinco de várias dimensões. A quarta devia constar da varanda central e das torres que só têm frente até à altura da arquitrave e acham-se cobertas com telhado provisório escoado para trás. As ditas galerias apoiam-se em pilastras dóricas montadas em pedestais.

A Igreja foi riscada em forma de cruz latina (de braços curtos) como a de S. Paulo e a de Santo Agostinho, mas em ponto mais pequeno. Tem coro dentro em toda a sua largura por carecer de alpendre e esse coro não mostra cadeiras nem ornatos além de alguns quadros a óleo por não serem os Jesuítas obrigados a recitar em comum as Horas Canónicas pela razão de estarem expedidos para as missões como soldados em campanha efectiva. Também não consta haver ali órgão do Colégio, pois o pequeno realejo que lá está levou-o a Paróquia de S. Bartolomeu e pertencia até 1834 ao Colégio dos Reis.

No corpo da Igreja há três capelas em cada lado e no cruzeiro dois altares com a frente para baixo. O altar-mor é de talha dourada, muito perfeita e bem conservada; as paredes da sua capela estão adornadas com painéis de azulejo, ficando-lhes no meio duas tribunas para servirem aos Duques de Bragança e sua família e por esta razão foi aberta uma porta defronte da rua

de Santa Luzia por onde os Duques faziam a sua entrada para as tribunas e capela-mor, tendo a chave dela em seu poder.

Junto ao cruzeiro estão no corpo da Igreja dois púlpitos quadrados de mármore com balaústres e no dito cruzeiro, da parte do Evangelho, está uma tampa de madeira cobrindo o bocal de um poço.

Todos os pavimentos são lajeados de mármore.

Separando o corpo da Igreja do cruzeiro está uma bela balaustrada de pau-ferro e ao longo do cruzeiro, vedando o acesso aos altares e à capela-mor, estava outra ainda mais extensa que foi arrancada em 1806 para se collocarem os espaldares do Cabido da Capela Real. O comungatório das Beatas foi aberto no topo do mesmo cruzeiro da parte do sul.

A capela de Santo Inácio de Loyola tinha a sua congregação ou confraria, e esta aforou em 700 réis no ano de 1709 uma casa térrea na travessa do Valderrama.

Com a instalação ali da Freguesia de S. Bartolomeu, tornou-se esta Igreja um vasto e repleto santuário - e tão repleto que faltam lugares para as imagens. Tanto assim que vi metidas num armário da casa de arrecadação as estátuas de um S. Francisco Xavier e Santa Bárbara.⁽¹⁾

Na capela-mor, junto da tribuna, estão em peanhas novamente fabricadas as imagens de S. Bartolomeu, orago da Freguesia, e do Apóstolo Santo André encarnado à custa de um seu devoto na ocasião de se trasladar a paróquia em 1865, ficando ainda na Igreja do Espírito Santo a imagem do seu companheiro Príncipe dos Apóstolos por faltar de quem a mandasse retocar. (Estas três eram da primitiva Igreja de S. Bartolomeu). No centro da referida capela-mor foi colocado o túmulo de Senhor Jesus do Descendimento que pertence à Irmandade do Santíssimo e é bela imagem de tamanho natural e muito leve por ser oca e formada com papelão, conforme dizem. E aos lados estão as esculturas de Santo Inácio de Loyola, Patriarca da Companhia, revestido com casula, e de S. Francisco de Borja, Duque de Gandia, douradas no vestuário.

No altar do cruzeiro da parte do Evangelho está Nossa Senhora da Conceição e no outro correspondente vê-se Nossa Senhora do Socorro ali acomodada por destinarem a sua capela antiga a servir de tabernáculo do Santíssimo Sacramento.

No pavimento da pequena capela da Senhora da Conceição acham-se duas pequenas lápides brancas onde se lê:

(1) Esta foi dada em 1884 aos Coelhos do Convento que a conservam na sua Igreja.

"Esta capela é de D. Luís de Noronha e de D. Violante da Cunha, sua mulher, e de D. António de Melo. Tem duas missas quotidianas".

É o único letreiro que ali se encontra aberto em mármore e julgo designar ele que ali jazem as pessoas instituidoras da referida capela. O mesmo está repetido no fecho da toalha dourada em letras douradas.

Descendo pela direita está no corpo da Igreja em primeiro lugar a capela de Nossa Senhora da Saúde com S. Sebastião e Santo Amaro, todos três da Igreja municipal do Rossio; depois a de Nossa Senhora da Soledade com S. João Evangelista, ambos da Irmandade do Santíssimo, e S. Brás, que era de S. Paulo; e finalmente a Capela da Senhora do Rosário, de S. Paulo, por baixo da qual se abriu comunicação para a escada do coro e torre, tapando a que antes era para a portaria que as beatas conservam na sua pose. Na última estão S. Francisco Xavier e S. Caetano. Todas estas imagens vieram de fora a tomar o lugar das antigas.

Da parte da Epístola vê-se em baixo a capela do Baptistério, aberta de novo num vão da torre do norte. Em seguida está a capela de Santa Quitéria em quadro a óleo somente por se ter esfacelado a imagem de escultura, com a Senhora do Pilar, S. Paulo Eremita, expulso da sua Igreja do Rossio, Santo Inácio de Loyola em hábitos de Jesuíta e outros. Na seguinte venera-se a Mãe de Deus Santa Ana com S. Joaquim, S. João Evangelista (o orago do templo), S. Luís Gonzaga, Santa Córdula, Santa Ursula, e outros mais em bons quadros a óleo sobre tela. Acima desta é hoje a capela do Santíssimo Sacramento onde está um belo sacrário de talha dourada que se tirou da capela-mor para se acomodar lá o túmulo do Senhor do Descendimento, e tem à boca o engradamento que era da capela do Santíssimo de S. Paulo, como disse noutro lugar, porém retalhado para se adaptar ali o melhor possível.

O retábulo da capela de Santa Quitéria foi ajustado em 1723 com o entalhador Bartolomeu Gomes por 160\$000 réis, sendo protector o tesoureiro da confraria, Padre Francisco de Fontes, e devia estar acabado pela Páscoa de 1725.

O capitão Francisco Garcia deixou um pequeno vínculo a S. Francisco Xavier para com o seu rendimento se fazer a novena e festa do Apóstolo das Índias. E depois da expulsão dos Padres ficou sendo o administrador deste vínculo José da Rosa até que depois foi abolido conforme as leis pombalinas. E porque os Jesuítas de Évora eram os administradores da capela da Conceição de D. Violante da Cunha, nomeou o governo o Dr. Bernardo Delgado Lobo por meio da correição.

Santa Bárbara também tinha bens. O preposto Paulo dos Reis em 1740 dá a juro de 5% 50\$000 réis que lhe pertenciam.

A Confraria dos Anacoretas possuía um foro de 800 réis que lhe pagava por uma casa da travessa do Valderrama D. Luísa Clara de Menezes. Em 1745, sen do presidente dela o Padre Francisco Gil Borragão, subroga-se o foro noutra prédio.

A Igreja é de alvenaria, mas todos os cunhais e arcos são de mármore e os tectos das capelas pintados a óleo.

A sacristia geral é excelente. Uma grande janela para o Terreiro de Santa Luzia dá-lhe bastante luz. Tem sobre os caixões de paramentos um belo retábulo de talha envernizada com alguns nichos e no centro uma boa mesa octogonal de mármore azul polido, posto que mais pequena do que a de S. Paulo.

Quando se fundou a Igreja do Colégio olhando para o oriente e Castelo, ti nha defronte um Terreiro que teve o nome de *Terreiro dos Padres da Companhia*. Porém, demolida no século XVIII a principiada Igreja de S. Bartolomeu, ficou então no cimo da Praça moderna. Aí campeia donairosa, melhorando bastante o seu frontispício com o adro ou eirado de cantarias de S. Paulo fabricado em 1865, mas a falta das cúpulas das torres priva-a do seu maior or nato e realce.

CAPITULO XI

Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo ou Beatério.

Cada convento ou mosteiro, dos muitos que em Portugal havia, era uma escola onde se ensinava doutrina sã, não se pagando matrículas nem senhas para exames.

(Ecclesiasterium, nº 2, - 1878)

I

A admissão nos conventos de freiras, principalmente no tempo de D. João V em que elas se contavam por dezenas e até por centenas em cada um, tornou-se dificultosa porque era mister levarem dotes avultados de quinhentos, seiscentos mil réis e mais. E assim, em vista dessa dificuldade e não menos com o fim de criar casas religiosas de vida activa e devota sem a assustadora imposição dos votos perpétuos, concebeu D. Violante Perpétua de Jesus Maria e outras mais o pensamento de fundar Beatérios onde as Irmãs recolhidas, sem criadas e com o trabalho de costuras, etc., ensino e educação de meninas e escolas espontâneamente oferecidas, pudessem adquirir o estritamente preciso para irem vivendo consagradas à vida espiritual e ascética.

Neste cantinho do Alentejo foi a sobredita D. Violante quem promoveu o desenvolvimento de tais casas religiosas e por isso vou previamente dar uma noticia sucinta da sua vida e acções, resumindo-a de dois tomos de Cartas manuscritas que se encontram no cartório do Recolhimento desta vila e que a mesma D. Violante dirigia aos seus directores espirituais com o título de *Conta das minhas ingratidões teimosas contra o Amor Divino e suas finezas.*

Foram estas cartas encadernadas por ordem muitas vezes anacrónica e vê-se que algumas se extraviaram como foi a da conta da trasladação do Recolhimento de S. José para o Colégio da Companhia de Jesus, a qual prometeu dar e não se acha ali, encontrando-se aliás outras posteriores àquele acontecimento. Deparam-se nelas visões, comunicações, etc. de que me não ocupo tanto por ser coisa alheia do meu fito como por não me julgar competente pa

ra lhes fazer a devida crítica. Vou dar apenas um esboço da sua biografia e dos factos históricos relativos aos Beatérios das vilas circunvizinhas e da nossa principalmente. Sendo obra inédita, é bom que nos venha dali a luz que ela nos pode fornecer.

Já se vê, pois, que este meu trabalho vem a ser um estudo inteiramente novo e que se não encontra ainda em letra redonda.

II

Nasceu D. Violante Perpétua de Jesus Maria em Lisboa no sítio de Alcântara a 22 de Fevereiro de 1717 e foi baptizada na Freguesia da Ajuda. Seu pai chamava-se Manuel da Costa Pimentel, de profissão militar, e sua mãe D. Maria Josefa Pereira.

Foi a última de oito filhos e filhas que eles houveram do seu matrimónio. Parece que três deles morreram em pequenos porquanto só faz menção de uma irmã casada em Mourão, da qual procedeu uma Freira professa no convento da Esperança de Beja e outros filhos, de duas solteiras que morreram Beatas como ela, e de um irmão que seguiu a vida militar e casando não deixou descendência. Continuemos.

Nos princípios de 1719, não tendo ela ainda três anos, vieram seus pais para a praça de Mourão com toda a família. E, ainda que D. Violante oculte o posto que tinha seu pai, sabe-se por tradição que era governador da mesma praça com o posto de Major. Morreu porém ali no ano de 1723, ficando órfã D. Violante de seis para sete anos.

Aos onze andou vestida de pardo em satisfação de um voto que sua mãe fizera numa das suas muitas enfermidades originadas principalmente pelas bexigas que padeceu aos onze meses de idade. E aos treze anos toda a família tomou o escapulário de Nossa Senhora do Carmo.

Foi então (diz ela) o principio da sua vida devota, à qual deu ocasião um monge vindo a Mourão e que se açoutava publicamente pelas ruas. Começou D. Violante a praticar o mesmo em oculto. Fez voto de castidade por ocasião de uma missão de Frei Manuel de Deus e passou a tomar o hábito de Terceira de S. Francisco. Vindo, porém, noutra missão o Padre Mestre Frei José de Bringel, rogou-lhe a graça de ser seu director espiritual. E, an - indo ele, ficou-o sendo enquanto viveu correspondendo-se com D. Violante

de onde quer que estava conventual.

Correndo os boatos de se romper uma guerra, sua mãe recolheu num convento as duas filhas mais velhas e foi com a mais nova para Campo Maior a refugiar-se em casa de um irmão seu que ali tinha *posto militar mui honrado* e que julgo ser o de governador daquela praça.⁽¹⁾ Tomou ali D. Violante o hábito inteiro de S. Francisco, tendo já mais de vinte anos. E fazia exercí-cios espirituais, oração mental, prostrações, jejuns, flagelações, penitên-cias de cilficio e corda, etc., o que não é para admirar a quem sabe que no tempo de D. João V e ainda no primeiro quartel deste século XIX estava isso muíto em uso, encontrando-se a cada passo nas famílias (como na minha) mui-tas donzelas Beatas, já do Carmo, já da Conceição, já de S. Francisco, as quais cortavam a cabeleira e traziam escapulário, confessando-se e comungan-do frequentemente e rezando o Offício Divino conforme a regra adoptada. Quan-to a cilfícios de arame, ainda neste século se vendiam a cada passo nas lo-jas de ferragens da vila e nas feiras francas. Prossigamos.

Aos trinta anos passou D. Violante a estudar as obras místicas de Santa Teresa de Jesus e S. João da Cruz e por esse tempo começou a pensar na fun-dação dos Beatérios ou Casas em que vivesse com outras segundo o teor de vida que levava.

Passados mais três anos veio a Vila Viçosa a fim de conferenciar com o seu Director espiritual Frei José de Bringel que se achava conventual nos Capuchos. E deliberou entrar em convento para professar ou viver como secular segundo o parecer do mesmo director. Estava hospedada em casa de uma tia materna que morava nesta vila.⁽²⁾ E, oferecendo-se-lhe quatro conven-tos e um recolhimento para a receberem sem dote, preferiu por insinuação do seu director o da Esperança de Beja, da Ordem do Carmo. Estando a partir para a dita cidade e achando-se já passada a carta patente, duas irmãs Reli-giosas do Convento da Esperança da nossa vila (que era um dos quatro ofere-cidos) combinaram-se com seu pai, que era rico, e a tia de D. Violante para lhe arranjarem o dote e entrar para este convento. Já de caminho para Beja foi chamada à grade pela Madre Abadessa. E, dizendo-lhe que as suas amigas a queriam abraçar, mandou abrir a portaria que se fechou depois dela entrar

(1) No assento de óbito de D. Violante lê-se que era filha do Sargento-mor de cavalos Manuel da Costa e de sua mulher D. Maria Josefa Pe-reira, sendo natural da freguesia da Ajuda de Lisboa.

(2) Pelos apelidos, era sem dúvida D. Luísa Antónia da Costa Pimentel, casada com João Rodrigues Lara.

para que não saísse mais. Para resolver a questão foi chamado o seu confessor nesta vila que era um Jesuíta, Reitor do Colégio dos Reis, e este resolveu o caso pela saída visto estar já aceite para Beja.

Seguiu, pois, a jornada em companhia de seu irmão e de uma criada, vindos expressamente para este fim. Diz que recusou uma tença que sua mãe queria estipular-lhe e até a roupa do enxoval e que, enquanto esteve em Vila Viçosa, sustentava-se de esmolas posto que sua tia estivesse em circunstâncias de lhe dar alimentos.

Entrou no convento da Esperança de Beja a 9 de Setembro de 1750, tendo 33 anos de idade. Tomando o hábito quatro dias depois com o voto de duzentas freiras que tinha o convento, adoeceu logo e não pôde fazer o noviciado. E começando a duvidar da sua vocação para a clausura rigorosa, pois lhe repugnavam duas coisas (diz ela): ter moça e officios na comunidade, fez estudar a questão por Padres graves e doutos que por fim resolveram ter ela espírito deambulativo e não lhe convir por isso a vida enclausurada. Ficou então por secular no mesmo convento, continuando enferma com sintomas de tísica. E safu no fim de seis anos por ordem do seu Director para dar principio à fundação dos Recolhimentos ou Beatérios.

Trazendo na sua companhia uma outra donzela do mesmo convento que associava às suas ideias, dispunha-se a ir requerer na Corte a licença de El-Rei D. José. Meios pecuniários, não os tinha. Como, porém, os sentimentos religiosos produzem de ordinário uma certa atracção, lá houve quem arranjassem uma moeda de ouro (4\$800 réis) dada por três pessoas. Uma senhora de Evora forneceu uma caleça para a maior parte da jornada e assim chegaram felizmente a Lisboa. Ali nada se conseguiu porque governava já em nome de El-Rei D. José o truculento e materialista Marquês de Pombal, inimigo irreconciliável de padres e frades. Porém o confessor da Rainha e Vigário Geral dos Grilos aconselhou D. Violante que fizesse como as Apolónias de Lisboa: que se congregassem as Beatas e que depois, mais dois anos menos dois anos, alcançassem as Provisões necessárias do eclesiástico e do civil (mas enganou-se). Enquanto se demorou na Corte, e foi um ano, esteve sempre hospedada em casa da Marquesa de Angeja que lhe deu toda a consideração e favor desde que desembarcou até que veio de torna viagem.

Corria então o ano de 1757. Buscando o Arcebispo de Evora D. Frei Miguel de Távora achou-o contrário à ideia dos Recolhimentos e apenas pôde conseguir permissão para fundar um no Redondo que já lá tinha um principio de fábrica feito por uma Terceira do Carmo junto a uma ermida de Nossa Senhora

da Saúde. Aceitou D. Violante a licença dada pelo Arcebispo e a Marquesa de Angeja, por si e pessoas da sua amizade, lhe arranhou bastantes esmolas com as quais se acabaram as obras mais precisas, de forma que, desde Agosto até ao dia de Natal, se deram os arranjos por concluídos e começou a funcionar o instituto.

Durante a construção do edificio estiveram hospedadas em casa do Prior da Matriz que dirigia as obras e tinha duas sobrinhas muito devotas. E, não obstante os seus rogos para que permanecessem por mais tempo em sua casa, entraram para o Recolhimento logo que se acabou de ladrilhar a portaria sem que lhes resultasse dano das exalações de um edificio acabado apenas de lhe retirarem os mestres as mãos.

Quando veio para o Redondo trazia já duas companheiras. Associou-se-lhe depois uma sobrinha do Prior e em seguida vieram-lhe mais duas de Elvas, etc., de sorte que eram já sete na ocasião de se inaugurar a Casa.

No dia de Natal de 1757, como dito é, pelas três horas da tarde entraram para o Beatério porque a Marquesa de Angeja tinha mandado peças de estopa e móveis. E assim achava-se a Casa constituída.

Ouçamos, porém, agora uma narração dos primeiros momentos para se ver como os 'homens são atraídos pelo cheiro da virtude: *"Na primeira noite que estávamos na casa (diz a fundadora)tivemos para ceiar um bocado de bacalhau cozido e com azeite e vinagre e pão sobre uma toalha junto à chaminé, no chão, porque não tínhamos m^esas. A este tempo nos bateram à porta, o que fez novidade pela hora e algum susto. Fômos todas à portaria e achámos um escravo do Capitão-mór da terra que nos trazia um cântaro de azeite e nos ficou fazendo a esmolla de dar todo o que se gastava no comer e luzes. Também um aguadeiro me disse que queria fazer degrau para o céu como os dedos das mãos pelas juntas e assim nos queria dar água: o que fez também para nós, para a obra que se continuou e para os trabalhadores, o que foi grande caridade. Este o princípio da Casa de Nossa Senhora da Saúde do Redondo "*.

Pouco tempo depois era a Irmã Violante convidada para organizar um Recolhimento em Montemor-o-Novo, mas não foi lá por ter sido incumbida pelo seu Padre Mestre Frei José de Bringel para ir renovar em Tavira um outro, cujo edificio, ainda que de recente construção, padecera ruína com o terramoto de 1755. Era orago dele S. João Baptista. E desde Abril até ao dia deste Santo se concluíram as reparações e começou a funcionar nele o instituto Carmelitano. Tinha levado consigo uma companheira do Redondo e depois mandou

buscar mais três, às quais se agregaram outras da cidade. Adoecendo, porém muito gravemente a Irmã Violante passado algum tempo, regressou ao Redondo.

Foi depois chamada a Borba para organizar o Recolhimento de Nossa Senhora das Dores. Havia ordenado esta instituição nas suas próprias casas uma virtuosa mulher por testamento com que falecera e uma sua sobrinha e testamenteira convidou a Irmã Violante para realizar esta fundação: cargo que aceitou, lavrando-se a escritura de entrega dos bens legados ao mesmo Recolhimento. Creio que por extravio dos cadernos se não encontra nos dois tomos de Cartas que citei e vou resumindo outra notícia mais que a de se abrir ou inaugurar em 14 de Setembro, sem dizer de que ano, e a de sofrer muitos vexames e ditérios durante a organização da Casa. Suponho porém que foi no ano de 1760 em que o dia 14 de Setembro foi um domingo.

III

Vamos agora ver a fundação do Recolhimento de S. José de Vila Viçosa transcrevendo as próprias palavras da Irmã Violante e subtraíndo apenas o que não é histórico.

"Eu passava o tempo (diz ela) ora no Recolhimento de Borba, ora no do Redondo: n'este assistia mais. Veio a guerra⁽¹⁾ e, antes de se declarar, tornei ao Algarve a levar uma Irmã Regente d'aquella casa porque as que lá tinha deixado suspiravam por voltar para o Redondo d'onde tinham ido. Fui, com a que levei, ao Senhor Bispo d'aquelle reino que a acceitou e me vim com as tres que lá estavam de cá.

Findada a guerra,⁽²⁾ veio muita gente militar, estrangeira e herege para Villa Viçosa, de que resultou uma terrível e geral epidemia que, não obstante os hereges se enterrarem nos campos, para os christãos foi necessário benzer terra, que não cabiam nas egrejas. E de tal sorte se pegavam as malinas que o médico que curava e o padre que agonisava quem assistia, tudo morria. Já não havia quem o fizesse e por fim sabendo eu isso entrei em desejos de vir com algumas Irmãs para Villa Viçosa para ajudar a bem morrer e amortilhar que tal era a necessidade que poderia eu servir. Aquella pessoa que me era

(1) Ano de 1762.

(2) Natal do mesmo ano.

contrária⁽¹⁾ oppôs-se a isso e houve demóra. Depois não sei como conveio e resolvei-me. Mandeí alugar casas e vim, parece-me que a 16 de Janeiro do anno das pazes.⁽²⁾ Já tinha cessado o mal, mas eu também olhava a fazer casa dos divinos louvores. Trouxe tres companheiras e uma menina que tinha outras Irmãos nos Recolhimentos de Borba e do Redondo. Sem a menor provisão viemos: eu só pedi uma luz, que chegámos quase à noite, e uma vassoura por julgar as casas estariam necessitadas de aceio. Mettemo-nos n'ellas assim espúrias, mas todas com excessivo gosto e alegria interior e exterior. Logo nos mandaram um braçado de lenha, uma almotolia de azeite e alguma cousa que ce-ar. Cama foi o chão com algum cobertor e as capas; a cabeceira, o degrau de uma chaminé que havia na casa. Pela manhã fômos à missa e houve quem nos deu uns nabos e em que se fazerem. Na mesma tigella em que se fizeram comemos todas. Vindo eu no caminho se me representou, como visto por uma peneira, a casa cheia do necessário para passar: assim se verificou que era uma profusão da Providência. E os Padres de auctoridade nos vieram visitar. Não Havia em que se sentar senão as pedras da janella, mas o gôso excessivo tanto da sancta pobreza! Logo démos uma volta a ver em que parte se principiaria a casa do Senhor. Elle me disse fosse a uma Ermida, mas que era pequena, po-bríssima e fóra dos muros, dizendo-me as condições do Presepio em que nascê-ra. Era da Câmara. Fiz petição e logo a deram e falcudade para se fazer accommodação. Eu tinha permissão do Senhor Bispo Governador d' Evora D. Vicente da Gama Leal⁽³⁾ e parecer de Padres mui excellentes, um d'elles o Reverendíssimo Frei José Caetano, Carmelita calçado. E o Prior da Fréguezia de S. Bartholomeu da tal Villa Viçosa chamado Frei António Xavier do Vale era quem me fazia as diligências para as licenças e o despejo da casa e ermida do Senhor S. José, onde está hoje o Recolhimento,⁽⁴⁾ como irei dizendo ajuda da de meu Senhor, etc.

A maior gloria de Deus: continúo a conta. Como tinha casas alugadas na villa emquanto se não fazia a obra que era extra-muros, n'ellas mesmas praticávamos o nosso teor de vida. E com sêde de servir ao Senhor, quando veio a quaresma íamos todas as sextas-feiras visitar os Passos,⁽⁵⁾ que já éramos

(1) Uma Beata do Redondo que foi Regente depois da restauração dos Beatórios em 1777.

(2) 1763.

(3) Titular de Hetalonia e pouco depois Bispo Deão da nossa Capela Real.

(4) Isto foi escrito antes de 1793.

(5) Que estavam abertos nesses dias, o que se continuou ainda no século corrente.

oito ou nove companheiras. E íamos descalças com cordas ao pescôço com toda a modéstia e compostura. Consultando com o tal Prior, me disse fossemos por aquellas ruas em obsequio do Senhor, pois tantos hereges astinham, diga mos, profanado. Como eu sempre dava, dia de Ramos, um jantar aos presos nós lho fômos levar à sala livre e d'alli se conduziu para baixo por quem pertencia.

Na obra se batalhava e sem se esperar nem buscar, deitando-se minas para tirar pedra, appareceu água excellente que não foi pequena mercê do Senhor. Feita a precisa accommodação, dia de Sancta Anna, ⁽¹⁾ viemos para o Recolhimento e houve festa: préguu um grande Padre da Província da Piedade; e no outro dia pela manhã vieram dois Padres, um Religioso da Graça e o outro Clérigo, seu confessado. Confessou-nos o Religioso e o Clérigo ficou dizendo-nos missa toços os dias: por sol e chuva vinha de poncto distante. Benedicto seja o Senhor que lhe deu essa caridade para nos fazer esta esmolla de termos missa em nossa egreja!"

Juntarei agora algumas observações para completar a história da fundação deste Beatério.

Segundo resulta da colocação do campanário da Ermida de S. José, vê-se que ela tinha a porta virada para o Rossio de S. Paulo ou para o oriente. Foi tapada a dita porta para lhe pespegarem ali com o comungatório e o coro alto por cima, abrindo para o norte a porta lateral que hoje está servindo. Levantaram, também ao norte, sobre a sacristia, um prédio de casas altas com quintal e foi neste que appareceu água na pedreira formando-se ali um poço ou nora. Ao sul talhou-se a cerca, transformada agora em cemitério da Freguesia de S. Bartolomeu.

Não se creia porém que todas as casas ali existentes, e rasteiras na sua maior parte, foram logo edificadas no primeiro semestre de 1763: fez-se então o indispensável e continuou-se o resto nos anos em que ali se conservou o Beatério: tudo porém com pobreza e sem semelhança do aparato dos nossos conventos de Freiras.

(1) Dia 26 de Julho de 1763.

Continuemos com a história do Beatério de S. José.

Curta foi a duração desse instituto porque na época da sua fundação regia os destinos de Portugal com mão de ferro e coração de hiena, o amigo e correspondente de Monsieur Arouet de Voltaire: Sebastião José de Carvalho, já feito Conde de Oeiras, de quem D. José I, segundo a frase de um jornalista nosso, ⁽¹⁾ era apenas um "editor responsável". Vejamos como a fundadora conta a história da extinção desse primeiro instituto:

"Na ocasião da prisão do Senhor Bispo de Coimbra ⁽²⁾ foram abolidos estes Recolhimentos e annulladas as disposições testamentárias feitas em seu favor. E como tantos Padres foram extraminados e presos, o meu Padre Mestre foi degredado para o Convento de S. Vicente do Cabo no Algarve, com toda a prohibição que se podia pôr ao maior réu. Outro Padre com que eu communicava, douto e virtuoso Carmelita calçado, também foi degredado. Já eu estava aqui sem ter a quem me chegar para o conselho; e a tribulação a crescer como mar empolado! Enfim houve de deixar as Casas ou Recolhimentos e fiquei só, desamparada de todos, tida por ré de lesa-magestade porque, dizia o vulgo, fizera aquella obra contra a vontade do Rei. Os que n'ella tinham sido coadjutores, a diligência era ver como se mostrar contrários: eu sem ter com que me cobrir nem onde me metter que não queriam trouxessem hábitos; eu nem tinha nem sabia usar d'outro vestido, etc."

Três meses andou vagabunda a Irmã Violante ao ser expulsa do Recolhimento de S. José. Viveu mais cinco em casa de uma amiga rica e nobre: isto em 1769 e ali passava já bem porque a dita amiga, que julgo ser D. Maria Próspera de Menezes, a trazia de carruagem a ela e mais duas companheiras. Depois alugou casas não sei onde. Em seguida obteve da sobrinha da instituidora do Recolhimento de Borba, e que havia tomado posse dele, um quarto no mesmo Recolhimento e por último foram despedidas as três companheiras dessa guarida. Passaram então a recolher-se numa cavalariça e poucos dias depois

(1) O grande publicista Sousa Monteiro, redactor do "Bem Público", falecido em Lisboa no ano de 1881.

(2) D. Miguel da Anunciação em Dezembro de 1768. O motivo da sua prisão foi uma pastoral em que prohibira a leitura de traduções de certas obras francesas heréticas protegidas pelo Marquês de Pombal. O Beatério foi encerrado em Janeiro de 1779.

uma mercadora da terra⁽¹⁾ que tinha umas boas casas despejadas ofereceu-lhas e aceitaram.

Entretanto seu irmão, casado e militar, ofereceu-lhe a sua casa com insistência, mas D. Violante não aceitou já porque não queria que ele sofresse por sua causa as iras do Marquês de Pombal e seus seides, já porque havia renunciado, como Abraão, à sua própria família e parentela.

Depois deste resumo, continuemos a transcrever o que ela mesma conta.

"O (Recolhimento) de Villa Viçosa pediu-o uma senhora. Como era da Câmara a Igreja e terra, tomaram-no como vago à Corôa. Eu que o havia feito para louvores de Deus, custava-me vê-lo feito lavadouro⁽²⁾ e disse à senhora que se ella o vendesse algum dia m'o fizesse saber. Com effeito, ella se resolveu a vendê-lo e me avisou, mas com a circunstância que se não havia de fazer a venda ou compra em meu nome porque todos temiam o tempo e os sucessos d'ella. Houve de valer-me de pessoa que fizesse a acção da compra e assignasse a escriptura, mas eu fiz todo o dispêndio, que vendi té o manto e a capa e quanto pude ajuntar. Depois fez-me a pessoa a mim doação que era pessoa rica e eu muito amiga de sua mulher, dizendo que pelo que me deviam, etc.

Veja-se o que aqui vai e a que accresce não poder eu ir viver n'elle porque os temores de todos e os juízos de muitos o contrariavam. Tomei o acordo demandar fallar ao Ministro que tinha intendido na sua destruição⁽³⁾ se tinha dúvida que eu fosse alli viver com duas mulheres em minha companhia, disse - que El-Rei não embaraçava que cada um vivesse onde lhe fizesse conta, uma vez que não fosse como Recolhimento. Com esta resposta me reslvi a vir para elle ainda que a Câmara lhe tinha posto sete mil réis de fôro".

Pararemos aqui para aclarar estas noticias com documentos do cartório municipal.

O Beatério de S. José não foi confiscado para a Corôa: ao contrário, para que assim não acontecesse, apressou-se a Câmara logo em 24 de Janeiro de 1796 em ir tomar posse dele com solenidade, alegando os fundamentos de ser sua a ermida, seus os terrenos occupados e não terem as Beatas carta de aforamento mas apenas um consenso tácito ou verbal da mesma Câmara para ali erigirem o Recolhimento: e isto pareceu-me feito igualmente com vistas de patrocinar as Beatas em melhor ocasião.

(1) Sem dizer de Borba ou qual.

(2) Provavelmente lavavam ali mulheres algumas roupas junto da nora.

(3) O Ouvidor Miguel de Oliveira Guimarães.

A carta foi passada um ano depois.

Em 1 de Setembro deu-o a Câmara por aforamento em 7\$000 réis a D. Maria Próspera de Menezes, viúva de Tomé José de Sousa, depois de ter andado em praça muito tempo e não haver quem desse maior foro que os avaliadores haviam calculado em 9\$000 réis por valerem 300\$000 réis os edifícios e quintais.

Em 17 de Agosto de 1769 foi medido e avaliado o edifício: eram dezoito as casas em baixo e em cima e todas estão medidas nos autos juntos à escritura de aforamento. Da parte do norte, com seus altos e quintalinhos, era a residência do Capelão. A porta principal do Recolhimento era à direita da Igreja.

O auto de posse da Câmara ficou arquivado no capítulo 85 da Primeira Parte e Tomo II.

Pouco depois requeria D. Maria Próspera de Menezes, viúva de Tomé José de Sousa, uma Provisão da Junta do Estado Brigantino para lhe ser aforado o Beatério por 7\$000 réis anuais, não sei com que vistas, e obteve de facto essa Provisão a 15 de Setembro do mesmo ano de 1769.⁽¹⁾

Como fosse agora a transmissão do domínio útil da mão de D. Maria Próspera de Menezes para a de D. Violante, só à vista da própria escritura se podia deslindar.

Uma coisa posso eu aqui dar como segura e é que D. Josefa Vicência de Torres Penalvo, viúva do Escrivão da Câmara Francisco Ferreira de Magalhães, falecido ainda em 1769, e que passou a segundas núpcias com Inácio de Sousa Barbosa, ambos nobres e ricos, eram íntimos amigos de D. Violante e por sua morte deixaram alguns legados ao instituto como explicarei adiante em melhor lugar.

Continuemos com a história do Beatério de S. José, já comprado pela fundadora, não sei em que ano, e foreiro à Câmara em 7\$000 réis. Para lá se passou ela com duas companheiras, vivendo como seculares ou particulares na forma que lhe permitira o Ouvidor Oliveira Guimarães.

"Aqui vivi (deixemo-la falar a ela) com as duas companheiras, no interior, observando a vida antiga no possível, no exterior, como qualquer mulher do povo. Fizémos hábitos de estamemha preta que pareciam saias e com mantos famos à missa. Já aqui estava mais socegada a tormenta, mas não de todo; já muita gente nos buscava e nos favorecia. Parece que, como está-

(1) Está registada no L. 5, f. 127 vº.

vamos mais ao gosto do mundo, tractando com as pessoas amigas ou que o pareciam, era-lhe isto mais gostoso mas, por bondade do Todo Poderoso, sempre procedendo com todo o recato devido à vida devota que seguíamos. A mim me era penoso o ver-me como uma pessoa do século porque recebia e pagava visitas, etc. Sim: estávamos em muita parte excellentemente porque nem para a alma nem para o corpo nos faltava nada e todas tres éramos como uma só pela união das vontades e paz em que vivíamos. Eu, sim, intentei recolher-me a um convento, mas me aconselharam o não fizesse e que esperasse o que Deus faria ao diante.

Assim fiz. E depois que El-Rei falleceu (23 de Fevereiro de 1777), fui a Lisboa com os documentos do que tocava às três Casas (de Vila Viçosa, Borba e Redondo) e fiz petição à Magestade e foi servida se repuzessem no seu antigo estado. A de Borba, como tinham tomado posse das fazendas que lhe havia deixado a sua instituidora, foi necessário mostrar a verdade e natureza d'ellas. E veio Provisão do Desembargo do Paço para se tomar a posse sem admittir réplica ao que indevidamente a possuía (um segundo sobrinho da instituidora). Assim se fez. Restava a do Redondo; e por última conclusão se deram quinhentos mil réis para a resgatar, sem fallar aqui o que me fizeram algumas pessoas, etc".

Aquele dinheiro era indemnização de obras ali feitas e fôra dado, mas agora pedia-o quem tinha tomado posse do edificio.

"O Cardeal Arcebispo d'Évora me entregou quasi milagrosamente o cuidado das tres Casas e me mandou logo sahir da Côrte e passar a Évora dizendo me mandava ao seu Provisor ordem para que me passasse Provisão, o que se fez: e se me ordenou a tal intendencia, como fundadora Regente das tres Casas, com ordem aos Vigários da Vara em que estavam os Recolhimentos para que me dessem todo o adjutorio e auxilio que precisasse para este fim. Effectou-se o tornarem-se a pôr as Casas em forma, e com bem falta de auxilio humano, antes indizível contradicção dos mesmos que tinham sido em outro tempo coadjutores e ainda companheiros, etc.

Fiz umas Constituições tiradas do Carmo Calçado e Descalço. Apresentei-as ao Provisor com o livro d'onde as tinha tirado para que visse que não eram cousa nova nem inventada por mim. Correu isto via ordinária na Relação Ecclesiástica; mandou-se fazer termo de subjeição ao Ordinário e se fez em todos os Recolhimentos".

Em 1783 morre o Cardeal Arcebispo e succede-lhe D. Joaquim Xavier Botelho, Prelado exemplarissimo. Queria a Irmã Violante ficar com a inspecção e go

verno dos três Recolhimentos como determinara o Cardeal, mas a Regente do Re dondo, valendo-se de certo Religioso, pretendia excluí-la do governo daquele Beatério. Complicado assim o enredo, declarou o Arcebispo que resolve - ria a questão em visita que efectivamente fez em Junho de 1786 aparecendo nos Recolhimentos de Borba e de Vila Viçosa onde a Irmã Violante foi presen te ao acto da visitação. Mas, indo também assistir à visita da Casa do Re- dondo, ficou excluída de ter inspecção sobre ela com mágoa sua atribuindo essa exclusão a empenhos da Regente dali para o Secretário do Arcebispo. Fi cou portanto superintendendo somente nos Recolhimentos de Vila Viçosa e de Borba, nos quais vivia alternadamente, porém com mais assistência na nossa vila onde veio a falecer.

V

Restaurado o Recolhimento de S. José no ano de 1777, como fica dito, abri ram as Irmãs Terceiras Carmelitas escola pública e gratuita para crianças do sexo feminino, ensinando-as a ler, escrever, contar, doutrina cristã, co- ser, bordar e fazer obras de sirgaria.

Entretanto a fundadora, procurando solidificar a sua obra, expôs também à Rainha D. Maria a história da concessão da Ermida de S. José com faculda- de para erigir o Recolhimento em terra do Concelho e como de presente se achava onerado com um foro de 7\$000 réis, rogando-lhe a anulação do mesmo fo- ro. E a Soberana, depois de ouvida a Câmara e o Juiz de Fora de Sousel que servia de Ouvidor interino da comarca, deferiu à sua súplica passando-lhe a competente Provisão em 27 de Agosto de 1781 e mandando-a registar nos li- vros da Câmara.⁽¹⁾

Mais. Em 1792 dirigiu-se ao Príncipe Regente expondo-lhe que tinham es- cola gratuita de meninas e que, ficando o Beatério extra-muros, interessa- va muito o público e as Recolhidas se lhes concedesse para sua habitação o Colégio da Companhia de Jesus que se conservava devoluto. O Príncipe anuiu e mandou ordem ao Almojarife da Casa de Bragança para entregar à fundadora as chaves do Colégio sem se passar Provisão alguma (conforme dizem). Cui- dou logo, pois, a Irmã Violante em formar o comungatório, colocar rodo na

(1) Não foi registada no livro competente, mas conserva-se avulsa uma có- pia dela com outra que adiante darei.

portaria e dispor os confessionários e a 22 de Janeiro de 1793 mudava-se o Beatério para o dito Colégio com grande vantagem sua.

Num livro da Vigariaria da Vara, que se encontra no cartório da Paróquia de S. Bartolomeu, acha-se um termo do qual consta ser-lhe benzido o coro e o capítulo em 4 de Março de 1797, conforme certa Provisão do Bispo do Maranhão D. Jacinto Carlos da Silveira, Provisor do Arcebispado, sob a condição de ficar sempre o Beatério sujeito à jurisdição do Pároco de S. Bartolomeu. Esse termo está assinado por nove Irmãs, que julgo serem todas as que nessa época havia no Recolhimento e eram: a Fundadora e Regente, pela qual assinou como seu procurador Joaquim de Sousa e Menezes (que depois se ordenou Presbítero), a Sub-Regente Ana Joaquina de S. José, a Escrivã Feliciano Teresa do Coração de Jesus, Joana Rosa de Santa Rita, Teresa Rosa de Santa Maria, Josefa Felizarda da Apresentação, Mariana Vitória da Conceição, Violante do Céu e Agueda do Nascimento.

Depois disto preocupou-se a fundadora sobre a sorte do Beatério de S. José transformado agora em moradias pequenas que ela arrendava em proveito do Recolhimento, receando que a Câmara se apossasse novamente dos edifícios ou exigisse novamente o foro dos 7\$000 réis por lá não residirem já ou enfim lhe recusasse uma pequena gratificação ou esmola de 6\$000 réis que lhe estava dando pela instrução primária das meninas. Feita uma representação de tudo isto ao Príncipe Regente, mandou-lhe ele passar a seguinte Provisão:

"D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África e Guiné, etc. Como Administrador dos bens do Estado e Casa de Bragança, Faço saber aos que esta minha Provisão de confirmação virem que, attendendo ao que D. Violante Perpetua de Jesus Maria, Regente do Real Collegio e Recolhimento do Carmo, sito em Villa Viçosa, Me representou em sua petição, que tendo alcançado de Sua Magestade a graça da isenção do fôro de settemil réis que a Câmara da dicta villa recebia, impoⁿta na terra aonde se erigio o dito Recolhimento, e sendo Eu servido de mandar se lhes desse o Collegio que foi dos Padres Jesuitas para sua habitação, se achavam ao presente as Supplicas desfructando a renda das bemfeitorias que haviam feito na dicta sua antiga habitação, servindo-lhes este pequeno rendimento, para ajudar a sua sustentação. E porque teem receio que a dicta Câmara agora as obrigue a pagar o dito fôro, visto que já teem onde habitem, Me requereram em Settembro próximo passado, cujo requerimento se achava documentado na secretaria respectiva, não tendo até ao presente despacho algum; Me

suplicavam portanto houvesse por bem mandar se verificasse a dita isenção em atenção à geral utilidade que aquelle povo recebe na educação de suas filhas que este he todo o fundamento do sobredito recolhimento: Ao que attendendo: Hei por bem roborar e confirmar, como por esta confirmo e robóro, e hei por confirmado e roborado a Ordinária de seis mil réis por esmolla cada anno que a dita Câmara de Villa Viçosa lhe arbitrou por accórdam de vinte e dous de Janeiro do presente anno que se possa effectuar na maneira proposta e ordena da no dito accórdam. Pelo quê Mando aos Officiaes da Câmara da supradicta villa cumpram esta minha Provisão de confirmação e roboração, como nela acima se declara, emquanto Eu o houver por bem e não mandar o contrário, sendo passada pela Chancellaria do Estado e Casa de Bragança e registada nos livros da dicta Câmara ⁽¹⁾ e Recolhimento. E não deve novos direitos como constou por certidão dos officiaes d' elles e se registou o conhecimento em forma no Livro 62 do Registo Geral a f. 104. - O Príncipe Nosso Senhor o mandou por seu especial Decreto e pelos Ministros Deputados da Junta do mesmo Estado e Casa de Bragança, abaixo assignados. António José Gualdino da Silveira a fez em Lisboa a onze de Maio de mil oitcentos. - António José da Silva Galvão Correia da Franca a fez escrever. - Francisco Félix Velho da Costa Mesquita Castello Branco. - José Felix da Silva. P. por Decreto de S.A.R. de 3 de Março de 1800 e Despacho da Junta do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança de 28 d' Abril do mesmo anno. Feitio quatrocentos réis. - Francisco Felix Velho da Costa Mesquita Castello Branco. - Não pagou direitos velhos por ser esmolla; e aos officiaes oitcentos réis. Lisboa, 10 de Junho de 1800. João Nepomuceno de Almeida. - Registada a f. 8 do Livro 33 da Chancellaria da Sereníssima Casa e Estado de Bragança. Lisboa, 10 de Junho de 1800. Almeida".

Creio que esta Provisão não foi já recebida pela fundadora D. Violante Perpétua de Jesus Maria visto que faleceu a 13 de Junho do mesmo anno de 1800 contando 83 anos e quase seis meses de idade. Esta vida, assim longa, é um dos muitos exemplos que provam não encurtarem a vida as abstinências, jejuns e macerações, antes dilatarem-na evitando o estragamento das forças digestivas do estômago.

Sucedeu-lhe na Regência a Irmã Feliciano Teresa do Coração de Jesus, ficando em costume serem vitalícias as Regentes e caber esse cargo à mais ve-

(1) Não se cumpriu esta cláusula, ficando apenas avulsa uma cópia que ti ve presente.

lha.

Em 1799 comprou a fundadora por 57\$600 réis a Clara Joaquina, de Elvas, umas casas altas e baixas na rua de Frei Manuel, defronte do Beatério, para residência da veleira e serva de recados.

Em 1809 compram dois olivais em Trás-os-Montes a Francisco Lopes, do Alandroal, por 200\$000 réis, sendo Regente Feliciano Teresa. Figurou nisso Manuel dos Santos Rosa.

Em 1806 veio a Família Real a Vila Viçosa demorando-se aqui largo espaço, como é sabido. E, sendo manifestos ao Príncipe Regente os bons serviços que as Beatas do Carmo prestavam ao nosso povo no ensino das suas jovens filhas, já frequentando estas a sua escola gratuita como externas, já recebendo internas sustentadas apenas pelas suas famílias mas vestindo hábito preto e pondo toalhinhas na cabeça, resolveu favorecê-las com uma pensão de cento e vinte alqueires de trigo, pagos do celeiro da Casa de Bragança, o que se tornou um grande elemento de vida para aquela casa nascente.

Mas depois do ano de 1834 foi suspensa a dita mercê com grave detrimento da subsistência das Beatas que todavia conservavam franca a sua escola pública. E as Irmãs repetiam em vão as suas diligências para que a Casa de Bragança lhes renovasse a pensão até que no governo de D. Pedro V acharam a justa atenção que mereciam. Mandou este Rei por Carta de Lei de 2 de Setembro de 1858 e Decreto de 22 de Fevereiro de 1859 que ficassem incluídas as Beatas de Vila Viçosa na classe das *Mestras Régias* recebendo os honorários que pertencessem às professoras públicas do Estado. Imediatamente, pois, começaram a receber 90\$000 réis do Tesouro Público e 20\$000 do cofre municipal que eram os honorários então estabelecidos por lei.

Com este favor do Rei D. Pedro V melhorou-se notavelmente a situação económica da casa, cujos bens próprios não chegavam sequer para o sustento de seis irmãs e por isso estavam estas empenhadas.

Cuidava-se ao mesmo tempo em transferir para a Igreja do Colégio a Freguesia de S. Bartolomeu que estava mal acomodada e sem casa própria, efectuando-se a trasladação em 19 de Fevereiro de 1865, como dito é. Não gostaram as Beatas que saísse dali a Capela Real por lhe ser tirado o gozo do coro alto, mas isto em verdade foi para elas um grande benefício porque o Cabido estava a morrer e, não funcionando lá a Paróquia de S. Bartolomeu, teriam de sair fora nos domingos e dias santos a ouvir missa porquanto os rendimentos do Beatério não permitiam sustentar capelão privativo seu.

Este Recolhimento pode e deve conservar-se porque não está incluído no Decreto de extinção das Ordens Religiosas de 28 de Maio de 1834 que só respeita aos conventos de votos perpétuos. As Beatas fazem os três votos dos Conselhos Evangélicos para os observarem somente enquanto residem naquela clausura e de facto algumas têm saído nos nossos dias até para tomarem o estado matrimonial.

VI

As Regentes que tem havido são as seguintes:

1ª - A fundadora Violante Perpétua de Jesus Maria, falecida em 13 de Julho de 1800.

2ª - A Irmã Feliciano Teresa do Coração de Jesus que se finou em 29 de Fevereiro de 1836.

3ª - A Irmã Teresa Perpétua de Jesus Maria que morreu em 18 de Novembro de 1845.

4ª - A Irmã Maria Teresa, falecida em 20 de Fevereiro de 1856.

5ª - A Irmã Mariana de Jesus que se finou em 18 de Março de 1860.

6ª - A Irmã Maria da Lapa, falecida em 11 de Julho de 1867.

7ª - A Irmã Agostinha Angélica do Redondo. Faleceu em 31 de Janeiro de 1886.

8ª - Maria dos Prazeres, de Estremoz.

VII

O Beatério foi instituído numa época nada favorável por parte dos Governos para se lhe respeitar a sua dotação e é por isso que não possui bens suficientes para sustentar mais de seis Recolhidas, sendo o rendimento pró-prio da Casa pouco superior ao honorário da cadeira de meninas e não chegando todo junto a trezentos mil réis.

A Marquesa de Angeja D. Francisca Rita, como vimos atrás era quem favorecia mais o Beatério em tempo da fundadora mandando-lhe grossas esmolal e ainda hoje existe ali uma Sacra Família (Jesus, Maria, José) de perfeitas

imagens de escultura doadas por ela.

O Padre e Doutor João Lourenço Canhão foi o maior benfeitor deste Recolhimento na nossa terra pois lhe deixou por morte de sua irmã Rita Vicência, vulgo Rita Nery, os seguintes bens de raiz de que as Beatas vieram a tomar posse em 3 de Setembro de 1811: duas moradas de casas nobres no Rossio por baixo da rua de António Homem; um olival grande a Trás-os-Montes; outro pequeno a Pero Tacho; um farrageal no caminho de Borba e herdade dos Abegões no termo de Juromenha, antigo além do Guadiana, hoje Olivença, aforada em 60\$000 réis. Só este foro subsiste, achando-se os mais bens reduzidos a inscrições (3:950\$000 réis).

A este rendimento acresce o das moradias do Beatério de S. José onde habita gente pobre e que ainda não foram desamortizadas por falta de compra - dor.

Segundo uma escritura de 1799, tinha o Recolhimento faculdade para possuir bens até ao valor de 20\$ cruzados ou 8 contos.

CAPITULO XII

*Insigne e Real Colegiada de S. Jerónimo, agora dita de Nossa Senhora da
Conceição*

*Lembro a meu filho o Duque que a melhor
coisa que lhe deixo nesta Casa é a Cape-
la e assim lhe peço se não descuide do or-
nato dela.*

(Testamento de D. Teodósio II)

I

Começarei este capítulo por uma ordem anacrónica dando notícia de um facto moderno primeiro que fale dos antigos e é que a Colegiada que funcionava na Capela do Paço teve desde a sua instituição por patrono o Doutor Máximo S. Jerónimo. Querendo, porém, o Rei Clemente dar à Santíssima e Imaculada Virgem mais uma solene prova da sua devoção e filial affecto, quando em 1818 criou a Ordem Militar da Conceição com a sede ou cabeça na nossa vila substituiu a mesma Santíssima Virgem na Real Capela ao antigo Orago S. Jerónimo, ordenando contudo que a festa deste luminar da Igreja continuasse a ser feita com a mesma solenidade que nos tempos anteriores, isto é, com vésperas, matinas e missa de Pontifical no dia próprio e oitava privilegiada.

O que antigamente, pois, era Colegiada de S. Jerónimo passou em 1818 a ter o título de Colegiada de Nossa Senhora da Conceição e daí em diante saía o Cabido da Capela de cruz alçada no dia 7 de Dezembro a cantar as primeiras vésperas na Matriz e no dia seguinte de manhã ia celebrar a missa. O que não alterou o Cabido foi a solenidade das matinas que continuou a executar no Colégio da Companhia onde então funcionava interinamente.

II

A Capela do Paço começou na categoria de Capela Ducal, dando-lhe principio o Duque D. Jaime, fundador do mesmo Paço. Lá está a claustra de colunas oitavadas e capitéis manuelinos a dizê-lo, ainda que o não dissesse a história. Mas diz: o 4º Duque de Bragança enquanto riscava a plantado Paço moderno também talhava capela, não só para ouvir missa a família Ducal, mas igualmente para se recitar ali o Offício Divino e fazerem-se as solenidades religiosas do Catolicismo. Em 10 de Junho de 1505 obteve do Papa Júlio II uma Bula para poder ter capelães na dita Capela com os mais serventúrios precisos para haver um coro regular.

D. Teodósio I, filho do mesmo D. Jaime, não só conservou a Capela no esplendor em que seu pai lha deixara com avultado número de capelães, cantores e instrumentistas, mas aumentou-a impetrando em 3 de Novembro de 1534 um Breve do Sumo Pontífice Paulo III para acrescentar o número dos ditos capelães. E conseguiu depois outro Breve de Júlio III, passado em Roma a 26 de Novembro de 1552, para anexar à mesma Capela certas comendas da sua apresentação e dar-lhe assim meios de sustentar com mais pompa o culto divino.

Isto é o mais que irei dizendo é respigado na *História Genealógica*.

Não havia contudo por esse tempo distribuição quotidiana de frutos como nas Igrejas Catedrais aos capelães assistentes às Horas Canónicas, mas tinha cada um seu ordenado fixo. Também não existiam Dignidades Capitulares, e portanto a Capela Ducal neste seu primeiro período não era uma Colegiada em forma. Essa organização foi-lhe dada pelo Duque D. João I que por isso mesmo ficou sendo tido como principal fundador daquele corpo eclesiástico e se lhe faz ainda hoje um officio particular por sua alma na oitava da festa de Todos os Santos, conforme a resolução capitular assentada por morte deste Duque.

Com efeito, D. João I alcançou do Papa Gregório XIII um Breve em 13 de Agosto de 1575 e outro em 28 de Novembro de 1576 para anexar perpetuamente à Capela algumas pensões postas em benefícios de Igrejas do seu padroado e serem distribuídas pelos capelães conforme a regra dos cabidos.

Por outro Breve de 20 de Dezembro do último ano concedeu-lhe o mesmo Papa que fosse privilegiado *in perpetuum* o Altar-mor com indulgência plenária pelas almas como é o altar da Igreja de S. Gregório em Roma.

Criou depois o mesmo Pontífice, a instâncias novas do 6º Duque de Bragança

ça, por uma Bula de 22 de Abril de 1581 a Dignidade de Deão, anexando-lhe os frutos da Igreja de S. Paio de Fão e outros pertencentes ao Chantrado da Colegiada de Barcelos e ficando a mesma Dignidade na apresentação do Duque e seus sucessores como padroeiros da Colegiada. Assim, pois, logo em 16 de Novembro do dito ano apresentou o Duque para Deão a Manuel Passanha de Brito, Fidalgo da sua Casa e já presidente da Colegiada, recebendo quatro dias depois a colação dada nesta mesma vila pelo Arcebispo de Evora D. Teotónio de Bragança que então se achava entre nós. Recafia sempre o Deado em pessoas que tinham foro de Fidalgo na Casa Brigantina porque os Deões da Capela eram para os Duques assim como os Capelães-mores para os Reis.

Ainda no mesmo ano de 1581 por Bula de 8 de Agosto foi criada a Dignidade de Tesoureiro-mor que era immediata à de Deão e tinha anexadas certas rendas do Priorado de Barcelos e outras Igrejas para desfrutar um condigno honorário. Dizia-se ultimamente que os seus rendimentos subiam a 1:200\$000 réis, sendo maiores do que os da cadeira de Deão.

A sobredita Dignidade foi instituída igualmente pelo Papa Gregório XIII e recafia da mesma sorte em homem Fidalgo da Casa.

O mesmo Pontífice, por Breve de 30 de Agosto de 1582, mandou que nas distribuições quotidianas entre o Deão, Tesoureiro-mor, Capelães e mais ministros inferiores se applicassem as faltas dos ausentes às despesas da Fábrica.

Desejando também o Duque D. João I ter o Santíssimo Sacramento na sua Capela e expô-lo em Quinta-feira de Endoenças com procissão em domingo de Páscoa, assim lho concedeu o mesmo Gregório XIII por Breve especial visto ser esta Colegiada igual às mais célebres da Europa. Mas esta graça foi pessoal e por isso mesmo temporária, pois acho-a renovada a favor do Duque D. João II por Urbano VIII em Breve de 20 de Fevereiro de 1636. Entre as premissas desta impetra acham-se notadas as seguintes: de ter o Duque na sua Capela mais de trinta e dois entre Dignidades e Capelães e de ser ele e sua mulher D. Lusa de Gusmão muito devotos do Santíssimo Sacramento.

Continuemos, porém, a relacionar os melhoramentos introduzidos na Capela pelo 6º Duque de Bragança.

Ordenou ele os primeiros estatutos da Colegiada para regular o serviço do coro com missas cantadas, conforme se praticava na Capela Real Portuguesa, fazendo-se as procissões com magnificência e guardando-se nas solenes das Candeias, Ramos, Ressurreição e Corpo de Deus a mesma forma que na Capela Real de Lisboa. Ela parecia, com efeito, de um grande Rei nos riquíssimos ornamentos, nos muitos ministros e na excelente música, tendo a melhor

do Reino porque o Duque não se poupava a dispender com a sua contracta o necessário para obter os mais insignes artistas do seu tempo. Enfim, a Capela Ducal era já nesta época tão grande coisa que, além de bons ordenados, os que a serviam tinham ascenso às prebendas, conezias e outras dignidades com que se premiava os já avançados em anos para descansarem das suas fadigas e decretou-se aposentação com o ordenado por inteiro aos impossibilitados por doença ou velhice.

Os rendimentos do Cabido passavam de oito mil cruzados (3:200\$000 réis) e os ornamentos e alfaiaes eram estimados em mais de cem (40 contos).

Por morte de D. João I continuou seu filho D. Teodósio II a aumentar o esplendor da Capela Ducal e tão magnificente foi para ela que em testamento afirmou a seu filho e sucessor que a Capela era a melhor coisa que lhe deixava na Casa de Bragança rogando-lhe que não se descuidasse em a trazer bem ornada.

E com efeito D. Teodósio II alcançou do Papa Xisto V por Breve de 10 de Janeiro de 1590 que os Capelães da sua Capela de Vila Viçosa, no caso de irem os Duques assistir por algum tempo noutra terra, os acompanhassem e nos lugares onde houvesse capelas erigidas pelos mesmos Duques, oficiando aí, vencessem as distribuições como se presentes fossem na forma dos Estatutos.

Esta graça foi ampliada por Clemente VIII em Breve de 13 de Agosto de 1593, concedendo a D. Teodósio II o poder ocupar ao seu serviço pessoas eclesiásticas que tivessem benefícios residenciários, ou fosse nas Catedrais ou nas Colegiadas, empregando-as em Secretários, Conselheiros, Agentes e Desembargadores e outros ministérios do seu serviço, exceptuando o julgarem pena de morte.

Em 18 de Setembro de 1601, ou vinte anos depois da organização do Cabido, obteve D. Teodósio II uma Bula de Clemente VIII pela qual o Deão, Capelães e mais ministros da sua Capela de Vila Viçosa fossem totalmente isentos da jurisdição do Arcebispo de Évora e de outro qualquer Bispo *in perpetuum*, sendo concedida esta graça a todos os seus sucessores, e ainda com a cláusula de não ser ela anexa à Capela de S. Jerónimo de Vila Viçosa, mas poder pertencer a outra qualquer onde acontece residirem os Duques de Bragança ou estarem por casualidade. Assim, pois, em qualquer igreja ou capela secular de qualquer diocese poderiam os seus ministros celebrar os officios divinos vencendo as distribuições quotidianas como se presentes fossem na Capela de Vila Viçosa sem que os Ordinários tivessem jurisdição alguma sobre eles nem pudessem exercitar visita ou superioridade alguma nem pronun

ciar sentença de censuras e penas ou coisa alguma que pudesse denotar superioridade.⁽¹⁾

Três anos depois (10 de Março de 1604) alcançou do mesmo Papa um Breve para as matinas da Semana Santa se poderem acabar de noite principiando ainda com sol, sem por isso incorrer o Cabido nas penas da Constituição intima da pelo mesmo Clemente VIII aos Ordinários deste Reino.

Dos Estatutos, dados por D. Teodósio II à sua Capela e que foram os segundos que ela teve,⁽²⁾ copio as seguintes disposições:

"Todos os dias do anno de festas duplex e semi-duplex na minha Cappella se cantarão Prima, Terça, Vésperas e Completas e quando não houver mais que seis cappellães, rezar-se-ão as dictas Horas, etc.

Nos dias aponctados para haver Matinas cantadas sêl-o-hão havendo no côro dôze cappellães; e, sendo menos, serão rezadas somente, salvo em Matinas do Natal e dos três últimos dias da Semana Sancta e de Páscoa da Ressurreição e de Pentecostes e de Jerónimo, nos quaes dias sempre se cantarão Matinas com quaesquer cappellães que houver, ainda que sejam menos de dôze.

O Deão e Thesoureiro-mor da minha Cappella não serão obrigados a semana alguma da distribuição e somente serão obrigados às missas das festas que lhes aponcto nos títulos das festas solennes de cada um d'ellas; e nas dictas festas capitularão as primeiras Vésperas e Matinas; e o Deão não capitulará as Laudes das suas e o Thesoureiro sim.

FESTAS EM QUE HÁ MATINAS CANTADAS E O DEÃO CAPITULA E DIZ MISSA CANTADA E HÁ BENÇÃOS.

As três benções das Candeias, Cinza e Ramos fará o Deão, estando em disposição para isso; e não tendo saúde ou estando ausente, fará as dictas benções o Thesoureiro da minha Cappella; e não estando ambas dignidades para isso ou sendo ambos ausentes, as fará o cappellão mais antigo altareiro.⁽³⁾

Dia de Natal, primeira e terceira missa, primeiras Vésperas e Matinas.

(1) Esta Bula encontra-se nas Provas da História Genealógica, Tomo 4 nº 254, e ali se acham igualmente os outros Breves e Bulas Pontificias que tenho citado. A propósito da última recordarei que no ano de 1806 vindo o Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo visitar a Família Real começou por entrar na Capela de cruz alçada e o Príncipe Regente ficou tão estimulado com isso que nunca lhe deu audiência. Assim mo contavam os contemporâneos.

(2) Provas da História Genealógica, Tomo 4 nº 258.

(3) Até ao tempo de D. João VI havia capellães simplesmente com a prima tonsura ou com ordens menores que não podiam subir ao altar.

- Dia da Epiphânia, primeiras Vésperas, Matinas e Missa.
- Quinta-feira, Sexta e Sábado da Semana Sancta.
- Dia de Páscoa da Ressurreição, Matinas e Missa.
- Dia de Corpus Christi, Vésperas, Matinas e Missa na Cappella e fóra d'el
la o Domairo. (1)
- Dia de San João Baptista, Vésperas, Matinas e Missa.
- Dia de San Pedro e San Paulo, idem.
- Dia da Assumção de Nossa Senhora, idem.
- Dia de San Jerónimo, patrão da Cappella, idem.
- Dia de Todos os Sanctos, idem.
- Dia da Comemoração dos Defunctos, Matinas e Missa.

FESTAS EM QUE O THESOUREIRO DA MINHA CAPPELLA DIZ MISSAS CANTADAS E CAPI
TULA AS VÉSPERAS E MATINAS CANTADAS.

- Dia da Circumcisão, Vésperas, Matinas e Missa.
- Dia da Purificação, a Missa somente, primeiras Vésperas e Matinas.
- Dia San Bento, missa somente.
- Dia da Annunciação de Nossa Senhora, Vésperas, Matinas e Missa.
- Dia da Invenção da Sancta Cruz, idem.
- Dia da Ascensão de Christo, idem.
- Dia da Trindade, idem.
- Dia de San Tiago, Missa somente.
- Dia da Natividade de Nossa Senhora, Vésperas, Matinas e Missa.
- Dia da Conceição, idem.
- Dia da Expectação, idem".

Nas outras Horas capitulava o Hebdomadário.

Diz Frei Manuel Calado que na procissão da Ressurreição do Senhor assistiam com os seus mantos os Cavaleiros das quatro Ordens Militares que serviam a Casa de Bragança e eram: de Cristo, de Santiago, de Avis e de S. João de Malta, (2) o que supponho dever-se repetir na de Corpo de Deus.

Em 1623 alcançou D. Teodósio II um Alvará de El-Rei Filipe IV, passado a 8 de Julho, para que o Deão, Capelães e mais pessoas do serviço da sua Cape

(1) Hebdomadário ou Capelão da semana.

(2) Valeroso Lucideno. Esta prática vigorou até se extinguir a capela, pegando sempre os Cavaleiros nas varas do pátio. D. João V ordenou-o em Provisão de 4 de Abril de 1721 que está registada no L.3, f.43; e D. José I renovou-o por Aviso do ano de 1756 que se acha registado a f.174 vº do L.4, etc.

la tivessem açougue particular de carne e peixe para sua maior comodidade. Este açougue funcionou até 1834, sendo conhecido pelo título de açougue dos Clérigos e situado no antigo adro de S. Bartolomeu entre as ruas de Cambaia e de Três. Era fiscalizado por um Moço da Capela ou Custódio que vençia propinas iguais às dos Almotacés. E, passando no sobredito ano ao poder da Casa de Bragança, resolveu esta aforá-lo pouco mais ou menos em 1870 a Francisco José Farrifa que o levantou e assim tem agora em cima três janelas de peito: o que assinalo para memória.

Finalmente D. Teodósio II, para melhor serviço da Capela Ducal, instituiu o Colégio dos Reis de que adiante darei conta e que tinha por fim principal fornecer ministros e músicos à mesma Capela sem se carecer de os contratar fora.

Quanto ao Duque D. João II, basta saber-se que era excelente compositor de música religiosa para conhecermos que desempenhou o encargo que seu pai lhe cometera de olhar com toda a atenção pelas coisas da Capela; mas a Restauração da Monarquia em 1640 veio transtornar a próspera situação deste corpo eclesiástico trazendo-lhe uma era de muita decadência, como passo a observar.

III

Lisboa, perdendo a categoria de Corte efectiva dos nossos Reis, perdera igualmente as opulentas armações e alfaias do Paço da Ribeira com as da sua respectiva Capela Real e foi preciso que D. João IV mandasse ir de Vila Viçosa a maior parte das telas, veludos, alfaias e baixelas de ouro e prata que tinha no seu Paço Ducal para poder ali figurar, enquanto Rei, com pompa não inferior à de Duque. A Capela Ducal, sim, passou logo a intitular-se Real, mas ficou sendo pobre relativamente ao que era dantes e não consta que até ao tempo de El-Rei D. João V se desfrutasse outro melhoramento além de lhe dar D. Pedro II por Deão um Bispo Titular, que adiante catalogarei, e cujo epitáfio já fica transcrito por ocasião de tratar do Convento dos Capuchos.

D. João V foi quem olhou pela Capela Real de Vila Viçosa como se fôra um Duque de Bragança residente nesta vila. Material e moralmente a Capela foi refundida toda e até recebeu estatutos novos que vigoraram até à sua extin-

ção.

Em 1716 estava cá por Deão D. António de Lancastre, sendo Bispo de anel, não sei com que título, mas não tinha senão Ordens Menores; nem era ainda regular o serem Bispos os Deões: depois de 1729 é que D. João V realizou os maiores benefíccios à nossa Capela.

A Igreja foi reedificada, exceptuando talvez somente as paredes, e dizem do isto escuso de acrescentar mais. Fez-se de novo a Capela de Santo Ildefonso na sacristia para se revestir de Pontifical o Deão. Fundou-se a torre de mármore com um carrilhão de oito sinos afinados, três dos quais, pendurados numa tranca de ferro no tecto, servem para dar as horas e quartos do relógio de quatro mostradores e maquinismo de bronze, criando-se lugares de sineiro e relojoeiro com um "mestre da torre" que foi primeiro fazer o seu tirocínio em Mafra. Vieram de Lisboa damascos novos em abundância; paramentos lisos para uso quotidiano, mas com galões dourados; paramentos de tisso e bordadura de ouro; paramentos de Pontifical, bagos, mitras, etc.; castiçais de prata para todos os altares e uma banquetta para o maior com quatro bustos dos Evangelistas, igualmente de prata; imagens de santos do mesmo metal, entre as quais mencionam os antigos a do patrono S. Jerónimo e as da Sagrada Família (Jesus, Maria, José) e outras já ignoradas; doze cálices dourados e bordados até ao meio da copa, sendo um ajeitado para a exposição de Quinta-feira de Endoenças, o qual ainda se conserva na casa com mais dois; quatro braseiros para os quatro ângulos do Terreiro do Paço na ocasião das procissões de Páscoa e Corpo de Deus; cruz processional; um pálido riquíssimo de oito varas; custódia, ámbulas, turíbulo, galhetas, salvas, sacras, etc., tudo novo e lavrado no gosto moderno.

Para explicar a profusão com que D. João V forneceu a Capela de Vila Viçosa de todo o necessário bastará dizer que ainda hoje se não acabou de gastar o incenso que ele mandou.

Impetrou do Papa Bento XIV que o Deão fosse de futuro sempre um Bispo titular e para sua residência fez reedificar o palácio da Duquesa D. Joana de Mendonça, chamado agora *Palácio do Bispo*. Ao mesmo tempo alcançou para os Capelães a categoria de Cónegos, a que ele juntou a de Fidalgos, intitulado-os *Cónegos Capelães Fidalgos*. Aboliu a classe dos Moços da Capela posto em seu lugar sacrista, acólitos, maceiros e custódios. Foi então que a Colegiada teve os títulos honoríficos de *Insigne e Real Capela*.

Os Cónegos Capelães usavam bandas pretas e murças forradas e caseadas de vermelho. Os maceiros e custódios (vulgo, perreiros) tinham lobs encarna-

das de pano com canhões de cetim.

Outra coisa fez D. João V em favor da Capela e foi restituir-lhe a famosa Cruz do Santo Lenho, cabeça do morgado da Cruz, mandada fabricar por D. Teodósio II e avaliada em milhão e meio de cruzados (600 contos).

De El-Rei D. José I' não consta benefício algum feito à Capela e ao contrário havia muitas irregularidades no pagamento dos honorários dos ministros, chegando já a ser de dez anos o atraso quando ele morreu.

D. Maria I, como tão piedosa Senhora, prestou atenção às necessidades do Cabido preenchendo as suas vagas e provendo no mais. Por Decreto de 2 de Novembro de 1779 estipulou aos Deões a cõgrua de um conto de réis, além da distribuição quotidiana;⁽¹⁾ e em 1796 elevou os Tesoureiros-mores à categoria de Freires de Cristo e os Capelães à de Freires da Ordem de S. Tiago da Espada, mandando por Aviso do Mordomo-mor em 6 de Fevereiro que usassem logo de hábito pendente sem embargo de não terem passadas as suas cartas.⁽²⁾

O Príncipe Regente, seu filho, foi mais adiante. Em 1806 passou os Capelães de Freires de S. Tiago a Freires de Cristo e o Tesoureiro-mor provavelmente a Comendador da mesma Ordem.⁽³⁾

No mesmo ano mandou reedificar a Capela-mor que tinha o altar diante e o coro atrás para se pôr isto às avessas e foi então que se mudou o Cabido para a Igreja do Colégio em 18 de Junho, demorando-se lá até 1862 porque o Príncipe, já Rei com o nome de D. João VI, disse querer vir pessoalmente assistir à benção da Capela e sua consequente instalação, o que não conseguiu por causa da sua emigração para o Brasil e das desordens políticas de 1820, vindo a Capela a ser benzida já no ano de 1843 quando cá veio a Rainha D. Maria II. Era tão firme em D. João VI o propósito de tornar a Vila Viçosa que em 1821, ao passar por aqui a Princesa da Beira com seu filho, mandou que se armasse uma capela provisória na casa do jantar mas não se benzesse a Capela Real sem ele estar presente, o que não pôde lograr.

Vendo enfim que as rendas antigas da Capela já lhe não bastavam doou-lhe com aprovação da Santa Sé dezassete benefícios simples na cidade de Beja, sendo seis na freguesia de S. Tiago, seis na de Salvador e cinco na de S. João, os quais foram arrematados em 1807 por Luís António Tarana em 3:650\$000 réis anuais; e depois doou-lhe a comenda de Mértola com as suas anexas que rendia pouco menos.

(1) Está registado no Livro dos Estatutos novos.

(2) Ibid.

(3) Esta mercê não está registada no Cabido.

As terças de Miranda e covas do Barroso foram arrendadas em 1809 a Luís A. Tarana por 1:600\$000 réis; os meios frutos de S. Pedro de Monforte por 240\$000 réis e os dezanove benefícios simples de Beja por 4:600\$000 réis. Total: 6:440\$000 réis.

Mas tornemos atrás porque é muito preciso. Em 1807, ao enrolar as bagagens para emigrar para o Brasil, não esqueceram ao Príncipe as pratas da Capela de Vila Viçosa, sendo isto uma boa lembrança que as livrou de caírem nas unhas dos Franceses como caíram as de Santo Agostinho e outras: foi tu do encaixotado e remetido à pressa para Lisboa, ficando somente as alfaia indispensáveis que ainda hoje temos. Da mesma sorte, ao embarcar-se para Portugal em Abril de 1821, trouxe consigo o tesouro da Capela. E no ano de 1824 teve ocasião de o remeter para cá. Ora, o tesouro tinha um edificio próprio na Ilha junto à sacristia da Capela com duas guaritas de mármore para as duas sentinelas militares, tudo fabricado por D. João V. E, como o Cabido funcionava no Colégio, mandou El-Rei que depositassem os caixões nos Paços Municipais com anuência da Câmara, vindo um destacamento de infantaria para os guardar. El-Rei D. João VI falece em Março de 1826 sem poder tornar a Vila Viçosa. Entram aqui os Realistas emigrados para Espanha a 26 de Novembro. Não tocam no tesouro, mas o Governo Liberal da Regência, pensando em que os Realistas poderiam roubá-lo, mandou reconduzir os caixões para Lisboa ao cabo de duas semanas. Já não vivem pessoas que saibam dizer o número certo de imagens de prata de tamanho natural que D. João V dera à Capela, mas ainda vive quem assistisse a carregarem-se os caixões com o tesouro e que contou o número de carretas embargadas para o transporte. Foram catorze, o que nos revela ser muito grande o número de arrobas de prata.

Por muitos anos se ignorou quem estava na posse destas preciosidades e só ultimamente, por morte da Imperatriz do Brasil D. Amélia, viúva de D. Pedro I, se soube que ela possuía parte do tesouro em questão, dizendo-se que seu marido lhe dera essa parte em compensação de jóias suas vendidas para custeio da invasão de Portugal em 1832-34. E é certo que ela deixou algumas imagens da nossa Capela a Príncipes da Alemanha, parentes seus, saindo assim para fora do Reino.⁽¹⁾ Quanto à Cruz do Santo Lenho, constou depois disso que a tinha em seu poder El-Rei D. Luís. O mais não se sabe, dizendo

(1) A "Nação" tem murmurado por muitas vezes contra o testamento aludido e o esbanjamento ou empalmação do tesouro da Capela, afirmando que nela havia um apostolado inteiro de prata, o que não posso elucidar.

-se apenas que a maior parte das alfaías foram mandadas para a casa da moeda e convertidas em cruzados novos.

E ainda é necessário tornar atrás para continuar as memórias da nossa Capela Real. Finda a Guerra Peninsular, o Príncipe Regente, apesar de emigrado na América do Sul, lembrava-se muito da nossa terra a que chamava também sua por ser a de seus maiores e determinou aumentar ainda mais o esplendor da Capela Real recorrendo ao Sumo Pontífice Pio VII para criar na nossa vila e termo um Isento *Nullius Dioceseos* de que fosse Prelado o Deão da mesma Capela, a qual só era isenta de portas a dentro, governando nas mais Igrejas o Arcebispo de Evora e a Padroeira Ordem de Avis e outrossim para dar nova organização à Colegiada instituindo a classe dos Capelães Beneficiados. O Sumo Pontífice anuiu às suas súplicas expedindo em 1815 as Bulas *Per inefabilem* e *In supremo* pelas quais desmembrou perpetuamente o nosso termo da jurisdição do Arcebispado de Evora e submetendo-o à do Bispo Deão.⁽¹⁾

O Isento foi inaugurado em 18 de Dezembro do mesmo ano, dia da festa da Expectação, indo o Bispo de Olba D. Vasco José Lobo à Igreja Matriz sentando-se aí debaixo do sólio e entoando um *Te Deum*, acompanhado por todas as autoridades eclesiásticas, civis e militares.

A organização do Cabido foi feita depois. Os Cónegos Capelães Fidalgos, Cavaleiros do Hábito de Cristo, foram novamente colados pelo Bispo em 13 de Maio de 1816 por ser esse dia o natalício de D. João VI.⁽²⁾ E seguidamente se colaram os novos Capelães Beneficiados.

O quadro da Capela ficou então organizado assim: Cónegos - 16; Beneficiados - 16; Acólitos coreiros - 10; Maceiros - 2; Custódios - 3; Sacristas - 2; Penitenciários - 2; Organistas - 2; Cantores - 12, afora os alunos do Colégio dos Reis; Armador - 1; Sineiros - 3; Ajudantes da torre - 2; Relojoeiro - 1.

Havia também *Exercentes* que eram candidatos às vagaturas e recebiam tão somente as propinas.

A distribuição quotidiana dos frutos é que não foi regulada porque o Prín

(1) No cartório do Cabido não se encontram os originais nem cópias destas Bulas e o Bispo D. Vasco não expediu, como devia, uma Pastoral aos Párocos do Isento saudando-os e dando por cópia o teor das referidas Bulas. Eis a razão por que ignoro as suas datas e teor e não posso arquivá-las nestas Memórias como desejava. Perguntei por elas na Câmara Eclesiástica de Évora, onde haviam de ser apresentadas, mas ali tudo é um caos.

(2) Cartório do Cabido.

cipe Regente não teve tempo disso e portanto estabeleceu-se provisoriamente que os Cónegos tivessem 240\$000 réis anuais pagos aos quartéis; os Beneficiados 120\$000 réis; os Acólitos 80\$000 réis e assim os Cantores. Alguns destes obtiveram despacho para maior ordenado e o primeiro organista Francisco Peres chegou a ter 150\$000 réis, ficando o segundo com cem ditos.

Quis logo o Cabido receber os seis mil cruzados que do celeiro dos dízimos saíam todos os anos para a Mitra e Cabido de Évora, movendo uma demanda contra estes na Relação Eclesiástica. Saíu a demanda contra o Cabido de Vila Viçosa com o fundamento de serem já colados os Cónegos de Évora com direito àqueles frutos, mas declarando que por morte deles cessava tal direito. Como, porém, os dízimos foram abolidos antes disso, nunca se verificou o benefício da sentença.

Em 1818, como já disse, instituiu El-Rei D. João VI a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa por Decreto de 6 de Fevereiro, dia da sua coroação, e deu-lhe Estatutos por Alvará de 10 de Setembro de 1819, o qual darei por apêndice no fim destas *Memórias* por não pejar mais este capítulo. Passou a Imagem da Matriz a ser Orago da Capela Real declarada Cabeça da Ordem e ficaram oficiais natos da mesma Ordem o Bispo Deão como Comendador, os Cónegos da Capela como Cavaleiros, o Pároco e Beneficiados da Matriz, os três Officiais da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, e os doze Escravos Mesários Perpétuos da outra, idem, ficando os Escravos não Mesários com direito a serem promovidos a Serventes e Cavaleiros conforme os seus merecimentos.

IV

Neste estado se achava a Capela Real quando em 1834 principiou a sua extinção lenta.

O quadro era então muito incompleto, nem depois de 1815 estivera devidamente preenchido por causa das guerras civis.

Todos os empregados maiores e menores não subiam em 1834 ao número de quarenta porque D. Miguel I poucas nomeações fez por falta de vagar. Desses mesmos empregados foram muitos expulsos com a alegação de terem sido nomeados ou transferidos de um para outro emprego pelo mesmo Rei ou somente por lhe serem affectos. No 12 de Outubro receberam todos o terceiro quartel dos

seus vencimentos e ficaram funcionando: o Cónego Bernardino Maria de Matos, seis Beneficiados, dois organistas, dois acólitos, alguns sineiros e poucos mais empregados.

O Imperador do Brasil D. Pedro I não mandou extinguir este corpo eclesiástico, mas ele sustentava-se com quarenta mil cruzados em comendas. E, sendo abolidos os dízimos, indirectamente ficava extinta a nossa Insigne e Real Colegiada.

Assim foi. Os empregados conservados continuaram a servir a Capela, tanto por amor àquele instituto como esperando terem nalgum tempo algum subsídio fornecido pela Casa de Bragança, mas esperaram debalde nove longos anos de miséria.

Vindo em Outubro de 1843 a Vila Viçosa a Rainha D. Maria II, dirigiram-lhe um requerimento pedindo socorro e El-Rei D. Fernando, como Administrador do Ducado em nome do Príncipe D. Pedro V, despachou-lhes o requerimento em 11 de Maio de 1844, de acordo com o Administrador Geral Mouzinho da Silveira que declarou não poder a Casa dar-lhes mais do que um conto e duzentos mil réis em dinheiro ou trigo. Veio este a Vila Viçosa e entendeu-se com o sacrista Venâncio José da Silva que passava por Liberal e tinha-se constituido governador da Colegiada. Entre ambos se resolveu o seguinte: que ele, sacrista, houvesse o subsídio de 120 alqueires de trigo, ficando assim igual aos Beneficiados e ao Cónego Bernardino, e 100\$000 réis para despesas de fábrica e guisamentos; e aos restantes meio ordenado, isto é, 40\$000 réis aos cantores e acólitos, 50\$000 réis ao segundo organista, 75\$000 réis ao primeiro e uma ridicularia ao relojoeiro.

Para melhorar a condição dos sacerdotes converio o Mouzinho em distribuir a cada um deles um anal de missas com 50\$000 réis de honorário porque a Casa de Bragança era responsável por catorze anais e meio de missas instituidos em bens de raiz que ela possuía, não só por pessoas da Família Ducal, mas até de criados seus e essas missas deviam ser ditas na Capela conforme tinham disposto os seus instituidores.

Assim se consolaram os empregados e foram morrendo pouco a pouco. O último Beneficiado foi o Padre Manuel Correia que faleceu a 14 de Setembro de 1872, restando ainda o acólito Francisco de Paula Tarana finado em 1878.

Por morte do Padre Manuel Correia pôs então a Casa de Bragança um Capelão do Paço para haver missa todos os dias, vencendo anualmente 180 alqueires de trigo e 100\$000 réis em dinheiro. E antes disso já tinha posto um sacristão com 160 réis diários. E o pessoal que ali está presentemente e

portanto já não existe a Colegiada.

O que ainda nos finge às vezes a existência da Capela Real é celebrar-se em Novembro com clérigos de fora um officio da comemoração geral dos fiéis defuntos, outro em Santo Agostinho pelos Duques em geral (este por música), outro pelo Duque fundador do Cabido, outro pelos anacoretas da Tapada e não sei se mais algum além de outro por D. Pedro V com missa cantada, presidindo sempre o Capelão da Casa. Em Quinta-feira de Endoenças faz-se exposição assistindo os três criados que hoje têm o Paço e paga a Casa as primeiras Vésperas, Matinas e Missa da festa anual da Conceição, presidindo o referido Capelão.

A isto não é rigorosamente obrigada a Casa de Bragança visto já não existir o Cabido, mas fá-lo por descargo de consciência porque não cumpre os catorze anais e meio de missas cujos bens está desfrutando e possui além disso a dotação do Colégio dos Reis de que adiante havemos de tratar.

E fama que a dignidade de Tesoureiro-mor rendia mais do que o Deado pois dizem daquele que lhe rendia 1:200\$000 réis a cadeira de Barcelos ultimamente, enquanto vejo que o Bispo D. Vasco arrendara em 1813 os seus frutos da Igreja de S. Paio de Fão só por 700\$000 réis.

V

Vejamos como é o edificio da Capela Real segundo a forma em que o deixou El-Rei D. João V e seu bisneto D. João VI.

A claustura, que precede a Capela, e que já mencionei, tem no centro um jardim de buxo tosquiado com a sua fonte de repuxo.

O pórtico do templo tem os seus remates de cantaria com as Armas Reais de D. João V, mas não se eleva muito por ficar debaixo da arcada; nem devia ser mais alto por não ficar em desproporção com a Igreja que é comprida mas estreita.

Entrando-se nesta, vê-se logo por cima a abóbada de um pequeno coro destinado para ouvirem missa os criados da Casa. Aí se encontra de topo um janelão arqueado e envidraçado para dar luz ao corpo do templo.

A mão esquerda está uma capela funda com bom engradamento de madeira, cancelos e bandeira arrendada e frisos dourados: é a Capela do Santíssimo Sacramento, na qual se admira um primoroso quadro a óleo sobre tela represen-

tando a Santíssima Trindade. Este e os mais são do pincel de Pedro António Quiellard, pintor francês contratado por D. João V para as suas obras. As paredes desta capela, assim como as de toda a Igreja, são de estuque fingindo de mármore; porém as abóbadas estão divididas em painéis com relevos e pinturas.

Em frente da Capela do Santíssimo está uma tribuna para fidalgos e cortesãos, hóspedes, etc., e fica na *Sala dos Órgãos do Poço*.

Seguem-se para diante quatro altares uniformes, todos com quadros a óleo. O primeiro da mão esquerda representa Santo António de Lisboa quando menino de coro, absorto com uma visão da Santíssima Virgem e deixando cair da mão um apagador; e o segundo mostra o martírio de S. Lourenço queimado numa grelha a fogo lento. O primeiro da mão direita figura a Samaritana falando com o Salvador encostado ao poço de Sicar. Para meu gosto é este quadro o melhor de todos porque a expressão de bondade e fadiga de Cristo à hora do meio-dia em tempo de calor revelam-se de um modo maravilhoso nos traços da sua fisionomia e não menos palpitante é o retrato da gentil e arteira filha da Samaria. O segundo representa a Coroação de espinhos de Nosso Senhor.

Depois de um cancelo de madeira envernizado de branco, bem lavrado, com balaústres feitos ao torno e filetes dourados, está o corpo da capela - mor que é quase igual ao da Igreja para poder funcionar ali uma tão numerosa Colegiada. Fica logo da parte do Evangelho, ou mão esquerda, a sacristia de que falarei mais adiante, e da direita a porta de casas de arrecadação com escada para a tribuna do coreto onde está o órgão mandado por D. João V, uma grande meda de livros de música antiga ou de estante, antifonários de canto-chão, etc. e alguns quadros grandes do Colégio dos Reis para ali arrumados e muito estragados. Adiante do coreto vê-se uma pequena tribuna em forma de janela para os camaristas assistentes e logo a tribuna Real já próxima do altar-mor. O retábulo deste é de mármore lavrado com tribuna pouco elevada por o não permitir a altura do templo. Na boca da tribuna se põe um quadro da Assunção como Igreja Catedral quando não tem de se expôr o Santíssimo. Há hoje ali aos lados seis pequenos quadros, três de cada parte, que eram da capela do Colégio dos Reis, e são bem executados. ⁽¹⁾

(1) Um representa S. Bernardo recebendo a regra de S. Bento; outro a Sagrada Família; outro Santa Gertrudes; outro Santa Catarina de Alexandria; outro Santo António recebendo o hábito de Capucho; e outro (o Autor não completou o texto nesta parte).

A sacristia é ampla e muito clara por ter janelas para a Ilha, mas não possui decorações notáveis além do lavatório formado por dois golfinhos. Os caixões dos paramentos são vastos mas singelos.

O que ali chama principalmente a atenção dos visitantes é a capela de Santo Ildefonso representado em quadro a óleo, a qual foi construída adrede para se paramentar o Bispo Deão, tendo por isso duas portadas em cada banda para uso dos ministrantes. É de mármore branco.

A sacristia tem corredores para o altar-mor e para a capela do Santíssimo onde há uma escada para o coro e sala dos órgãos e que servia para o Deão e Capelães irem falar ao Duque ou Rei e beijarem-lhe a mão no fim da missa.

VI

Darei agora como curiosidade o catálogo dos Deões e Tesoureiros-mores desta Colegiada, mas advirto já que poderá haver nele algumas omissões, visto que de princípio ou não havia livro de registo de autos de posse ou se perderam os antigos e nos últimos tempos não foram também diligentes os secretários do Cabido em lavrar os respectivos assentos de entradas e saídas ou óbitos. Advirto mais que antes da criação pontifícia já chamavam Deão ao Capelão Presidente, como foi o Dr. Félix Teixeira em tempo de D. Teodósio I ao qual sucedeu o primeiro adiante nomeado.

Deões

1º - Manuel Pessanha de Brito, natural da nossa vila, segundo filho de Cristóvão de Brito Pereira 1º e de D. Ana de Sousa. Foi colado em 1581, como atrás se disse, e serviu por muitos anos falecendo já no século XVII.

2º - António de Sousa de Brito, sobrinho do antecedente, e filho de Pedro de Sousa de Brito 1º e de D. Luzia da Costa. Viviu em tempo de El-Rei D. João IV, mas já era Deão em 1622 e faleceu 30 anos depois (1652) a 22 de Agosto.

3º - Fernão de Castro (1653). Era filho de Pedro de Castro 2º e bisneto de Pedro de Castro 1º, o que explicarei na secção das *Pessoas Notáveis*.

4º - Francisco Rodrigues de Valadares - 1661 a 1667.

5º - D. Frei Pedro de Santo Agostinho, Bispo de Constância, falecido a 2 de Janeiro de 1675 e sepultado no Convento dos Capuchos. Foi o primeiro Bispo Deão, mas serviu poucos anos.

6º - António de Brito Pereira, filho de Cristóvão de Brito Pereira, o célebre Governador do nosso Castelo em 1665; deixou o Deado para ser Prior-mor de Avis.

7º - André de Melo e Castro, filho de Dinis de Melo e Castro, 1º Conde das Galveias, que primeiro fôra Tesoureiro-mor. Deixou depois a sua Dignidade quando passou a ser Enviado de El-Rei D. Pedro II à Corte de Roma e ultimamente foi Vice-Rei do Brasil. (1)

8º - D. António de Lancastro. Chamavam-lhe Bispo, mas não se diz com que título, e só consta ser simplesmente Clérigo Minorista quando aqui veio D. João V no ano de 1716. Tomou posse a 14 de Novembro de 1707 e consta que passou ultimamente a ser Cónego da Patriarcal. (2)

9º - Manuel Tomás da Silva. Tomou posse em 21 de Fevereiro de 1717. Viava em 1729.

10º - D. Luís Pereira Coutinho. Era Deão em 1731.

11º - D. João da Silva Ferreira, Bispo Titular de Tanger. Tomou posse a 18 de Fevereiro de 1743 e faleceu a 19 de Janeiro de 1775. Foi o primeiro que estreou a habitação do chamado *Palácio do Bispo*. Jaz em Santo Agostinho em campa brasonada. Vejam-se notícias suas no Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio, pois escreveu algumas obras sendo Bacharel e Cónego de Braga depois de ter sido Clérigo Secular. Era natural de Vermoim. Veja-se também a Biblioteca Lusitana, Tomo 2º e 4º.

12º - D. Vicente da Gama Leal, Bispo Titular de Hetalonia. Tomou posse a 5 de Agosto de 1777 depois de ter sido coadjutor do Arcebispo de Évora o Cardeal D. João Cosme da Cunha. A margem do auto de posse está esta nota do Secretário do Cabido José Falcão da Gama e Sousa: O Exmo. e Revmo. Senhor Bispo de Hetalonia, Deão desta Real Capela, faleceu em 27 de Outubro do ano de 1791 e está sepultado na Igreja de S. Sebastião do Espinhal, em cujo lugar faleceu, e onde havia anos residia de licença de Sua Majestade por cau-

(1) *Memórias dos Grandes de Portugal*, pág. 383.

(2) *Nas Mem. da Arcad. R. de Hist. Portug.*, Tomo 5, pág. 44 do Catal. dos Porcion. do Col. de S. Pedro de Coimbra diz-se que era natural de Lisboa e filho de D. João de Lancastre, Governador de Angola e da Baía, sendo aceite no Colégio em 1696; e acrescenta-se: Foi Deão da Colegiada de Vila Viçosa e é Cónego da Santa Igreja Patriarcal. De onde se colige que poderia estar designado para Bispo "in pectore" por D. João V, mas que nunca o chegara a ser.

sa das suas moléstias. Vila Viçosa, 11 de Novembro de 1791. - O Secretário Falcão.

13º - D. José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil, Bispo Titular de Zua-ra. Tomou posse a 22 de Agosto de 1795. Há memórias dele até ao ano de 1807. Faleceu pouco depois e fora de Vila Viçosa, conforme creio.

14º - D. Vasco José Lobo, Bispo Titular de Olba. Tomou posse em Agosto de 1812, segundo informações verbais, e foi 1º Bispo do Isento da nossa vila. Sendo preso em 1821 como adverso à Constituição Política, foi remetido para Lisboa e recluso ali na Torre de S. Julião de onde escrevia ao Cabido. E, voltando solto em 3 de Abril de 1822, só viveu até 28 de Maio. Em 29 foi sepultado no jazigo da Capela do Santíssimo da Matriz com grande pompa. Tinha sido já Bispo no Ultramar; caçava muito na Tapada e não era bem visto por muitos clérigos porque os castigava com rigor mandando-os presos para o convento dos Capuchos.

15º - D. Frei Manuel da Encarnação Sobrinho, Paulista, Doutor em Teologia, ex-Prior de Monsaraz de onde era natural. Foi sagrado em Lisboa a 13 de Junho de 1825 e veio tomar posse poucos dias depois. Conservou os hábitos pretos de Paulista e escreveu muitas pastorais e portarias que se encontram registadas nas Paróquias. Assistiu às Cortes de 1828 como membro do Alto Clero. Sendo partidário acérrimo do Rei D. Miguel I, foi deportado para Portel no princípio de Julho de 1834, depois de intimado para entregar o governo do Isento ao Prior da Matriz Padre José Vaz Touro. De Portel foi conduzido a Lisboa e ali o puseram em liberdade, mas ficando sem o exercício da sua jurisdição. Faleceu em 15 de Dezembro de 1846 vivendo obscuramente num terceiro andar da rua de Pedro Dias aos Cardais de Jesus nº 28 e sustentando-se com alguns vinténs do seu pecúlio. Contava 82 anos de idade e foi sepultado no cemitério dos Prazeres.

Tesoureiros-mores

1º - António de Evora, que já era Tesoureiro em 1573 antes da criação pontifícia da sua Dignidade. Faleceu em 1603.

2º - João Freire. Depois de ter sido Vigário de Penela e Superior do Convento de Avis, passou a Tesoureiro-mor da Capela Ducal em cujo cargo faleceu na Matriz a 29 de Agosto de 1614, o que consta do assento do seu óbito.

3º - Jerónimo Soares em 1617.

4º - Em 1634 era Tesoureiro Rafael de Castro, como consta de uma escritu

ra em que foi testemunha.

5º - Manuel Homem Pessoa, desde o ano de 1638 até ao ano de 1644 em que faleceu.

6º - António Alvares Franco, desde 1645.

7º - Jerónimo Franco de Matos em 1654.

8º - Tomé Alvares, aí por 1660 (pouco tempo) ou até 1662.

9º - Dr. Francisco Cardoso de Almeida. Vivia nesta dignidade em 1662 e anos seguintes.

10º - Frei Francisco de Arruda em 1678.

11º - André de Melo e Castro que passou a Deão.

12º - Frei José da Silva. Tomou posse em 28 de Janeiro de 1684. Faleceu em 8 de Agosto de 1707.

13º - José Dionísio Carneiro e Sousa. Tomou posse em 20 de Janeiro de 1708. Ao cabo de oito anos passou a servir na Patriarcal de Lisboa como Arcedêgo. ⁽¹⁾ Nesta dignidade foi procurador do 1º Patriarca D. Tomás de Almeida para tomar posse do governo do mesmo Patriarcado, o que se efectuou em 8 de Janeiro de 1717.

14º - Manuel Rodrigues de Sousa. Tomou posse no 1º de Novembro de 1716.

15º - Pedro da Mota e Silva. Tomou posse em 17 de Agosto de 1730.

16º - D. José de Faro. Tomou posse em 18 de Junho de 1757. Foi o primeiro engrandecedor da Quinta do Paúl que antes disso era apenas intitulada horta.

17º - Em 1778 era Tesoureiro-mor D. João de Faro (consta de uma escritura em que a Capela deu a juro um capital a João Lopes).

18º - D. João de Noronha, natural de Lisboa. Tomou posse em 31 de Janeiro de 1791. Faleceu nesta vila a 27 de Outubro de 1795.

19º - D. Diogo de Lucena e Noronha. Vivia no primeiro quartel do século corrente e era filho de Joaquim Eugénio de Lucena e do seu primeiro matrimónio. Faleceu aí por 1820 e teve sepultura no jazigo da Esperança.

20º - Joaquim Cordeiro Galão, natural do Vimieiro e Professor de música no Colégio dos Reis. De Cónego passou a Mestre de música das Princesas, filhas de D. João VI. Teve o foro de Fidalgo e foi então nomeado Tesoureiro

(1) Era filho de Francisco Carneiro de Sousa, 2º Conde da Ilha do Príncipe e foi Sumilher da cortina de El-Rei D. João V. Faleceu em Lisboa em 1724 (*Memórias dos Grandes de Portugal*, pág. 394) a 30 de Junho e foi sepultado em S. Francisco da cidade com soleníssimas exéquias.

-mor. Teve o cargo de Vigário Capitular, *sede vacante* desde Junho de 1822 a igual mês de 1825. Faleceu em Lisboa cerca do ano de 1836.

Segundo o Rol de desobriga do ano de 1834, havia na Capela Real ao extinguir-se:

- O Bispo D. Frei Manuel.
- Os Cónegos Joaquim Calado de Carvalho, João Rijo de Oliveira, João Bernardo de Oliveira, Bernardino de Matos, Anacleto Roiz Salgueiro (Vigário Geral), Barnabé de Ataíde Oliveira e António José Leandro. Total - 7.
- O Tesoureiro-mor estava em Lisboa.
- Os Beneficiados: José Mendes Calado, Joaquim de Moura, Domingos Falé, Paulo Tiago da Silva, Manuel Correia, António Correia, António de Sousa Ta-vares, António Maria de Almeida e Silva (minorista), José Francisco Coelho (idem). Total - 9.
- 1º Tesoureiro: Venâncio José da Silva.
- 2º Tesoureiro: José Félix Monteiro.
- Confessores: Padre Manuel da Boa Morte Costa Pires e Padre José Iná - cio Paixão.
- 9 Acólitos em que se contavam os Padres Cândido José Coutinho e José Maria Muacho.
- Havia 8 exercentes do lugar de Acólito em que se contavam os Padres Manuel Joaquim Sisudo e José Xavier da Silva.
- 2 Organistas: Peres e Ribeiro.
- 8 Cantores.
- 2 Maceiros.
- 1 Armador.
- 3 Custódios com exercente.
- 2 Sineiros com 2 Ajudantes.
- 6 Exercentes.
- 1 Relojoeiro.

Fotografias a preto e branco da autoria de Bonfilho Faria, obséquio do Grupo de Amigos de Vila Viçosa

INDICE
DAS
MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VIGÉSIMO TERCEIRO FASCÍCULO

CAPITULO VII - Convento da Santa Cruz	7
CAPITULO VIII - Convento de Nossa Senhora da Esperança	19
CAPITULO IX - Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Assis	37
CAPITULO X - Colégio de S. João Evangelista	43
CAPITULO XI - Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo ou Beatétrio	56
CAPITULO XII - Insigne e Real Colegiada de S. Jerónimo, agora dita de Nossa Senhora da Conceição	74

IMPRESSO POR GRÁFICA CALIPOLENSE
VILA VIÇOSA
TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

MEMÓRIAS

de

VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia e laborada no século XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.

